

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	11
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	12
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	13
Demonstração do Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	20
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa	22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	24
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	25
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	26
Demonstração do Valor Adicionado	27

Relatório da Administração	29
----------------------------	----

Notas Explicativas	50
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	86
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	87
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	88

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

89

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	330.386.000
Preferenciais	0
Total	330.386.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	22/03/2013	Juros sobre Capital Próprio	02/12/2013	Ordinária		0,01029
Reunião do Conselho de Administração	21/06/2013	Juros sobre Capital Próprio	02/12/2013	Ordinária		0,04843
Reunião do Conselho de Administração	23/09/2013	Juros sobre Capital Próprio	30/05/2014	Ordinária		0,01665
Reunião do Conselho de Administração	12/12/2013	Juros sobre Capital Próprio	12/12/2013	Ordinária		0,04237

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	3.614.093	3.340.186	2.596.652
1.01	Ativo Circulante	1.903.575	1.693.864	770.563
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	241.885	166.963	144.863
1.01.03	Contas a Receber	482.212	452.543	168.790
1.01.03.01	Clientes	373.259	335.771	146.788
1.01.03.01.01	Cheques a Receber	5.870	5.153	3.359
1.01.03.01.02	Cartões de Crédito e Débito	325.634	289.225	126.848
1.01.03.01.03	PBM - Programa de Benefício de Medicamentos	23.932	23.120	14.040
1.01.03.01.04	Convênios com Empresas	19.003	19.011	3.191
1.01.03.01.08	(-) Provisão p/Crédito de Liq. Duvidosa	-1.180	-738	-650
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	108.953	116.772	22.002
1.01.03.02.01	Adiantamentos a Funcionários	4.329	2.796	1.511
1.01.03.02.02	Devoluções a Fornecedores	20.608	16.194	3.357
1.01.03.02.03	Acordos Comerciais	80.628	92.281	14.030
1.01.03.02.08	Outros	3.388	5.501	3.104
1.01.04	Estoques	1.132.620	973.396	388.763
1.01.04.01	Mercadorias de Revenda	1.150.175	974.455	388.974
1.01.04.02	Materiais	8.626	9.854	2.245
1.01.04.03	(-) Provisão p/Perdas com Mercadorias	-26.181	-10.913	-2.456
1.01.06	Tributos a Recuperar	38.658	96.316	61.579
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	38.658	96.316	61.579
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.200	4.731	6.568
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	-85	0
1.01.08.03	Outros	0	-85	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.710.518	1.646.322	1.826.089
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	23.350	21.802	39.102
1.02.01.03	Contas a Receber	355	610	608
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	355	610	608
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	373	561	136

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	22.622	20.631	38.358
1.02.01.09.03	Depósitos Compulsórios e Incentivos Fiscais	0	7	0
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	10.763	11.010	4.562
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	11.298	9.053	33.235
1.02.01.09.06	Precatórios	561	561	561
1.02.02	Investimentos	0	0	1.554.303
1.02.02.01	Participações Societárias	0	0	1.554.303
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0	1.554.303
1.02.03	Imobilizado	536.629	454.322	175.126
1.02.04	Intangível	1.150.539	1.170.198	57.558

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	3.614.093	3.340.186	2.596.652
2.01	Passivo Circulante	1.020.004	863.276	324.547
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	116.352	92.899	38.112
2.01.01.01	Obrigações Sociais	32.051	21.019	6.935
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	84.301	71.880	31.177
2.01.02	Fornecedores	671.455	575.587	211.047
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	671.455	575.587	211.047
2.01.03	Obrigações Fiscais	65.920	40.489	16.781
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.605	16.457	6.655
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.963	5.881	865
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	8.642	10.576	5.790
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	54.547	22.944	9.957
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	768	1.088	169
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	83.944	60.712	24.928
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	83.944	60.712	24.928
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	83.944	60.712	24.928
2.01.05	Outras Obrigações	68.597	79.468	30.225
2.01.05.02	Outros	68.597	79.468	30.225
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	9.464	5.451	3.662
2.01.05.02.04	Aluguéis	22.022	15.749	6.070
2.01.05.02.05	Lucas Comerciais	604	22.392	699
2.01.05.02.06	Demais Contas a Pagar	36.507	35.876	19.794
2.01.06	Provisões	13.736	14.121	3.454
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.005	4.223	1.521
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	93	94	93
2.01.06.01.05	Provisões para Demandas Judiciais	4.912	4.129	1.428
2.01.06.02	Outras Provisões	8.731	9.898	1.933
2.01.06.02.04	Provisões p/Campanhas Internas	0	0	1.180
2.01.06.02.05	Provisões p/Despesas Extraordinárias	0	0	708

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.01.06.02.06	Provisões p/Obrigações Diversas	8.731	9.898	45
2.02	Passivo Não Circulante	267.106	212.251	70.931
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	160.881	131.460	62.749
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	160.881	131.460	62.749
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	160.881	131.460	62.749
2.02.02	Outras Obrigações	4.224	7.049	3.020
2.02.02.02	Outros	4.224	7.049	3.020
2.02.02.02.03	Programa de Recuperação Fiscal	4.224	7.049	3.020
2.02.03	Tributos Diferidos	93.980	64.021	4.484
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	93.980	64.021	4.484
2.02.04	Provisões	8.021	9.721	678
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.021	9.721	678
2.02.04.01.05	Provisões para Demandas Judiciais	8.021	9.721	678
2.03	Patrimônio Líquido	2.326.983	2.264.659	2.201.174
2.03.01	Capital Social Realizado	908.639	908.639	908.639
2.03.02	Reservas de Capital	1.039.935	1.039.935	1.039.935
2.03.03	Reservas de Reavaliação	12.941	13.127	13.325
2.03.04	Reservas de Lucros	365.468	302.958	239.275
2.03.04.01	Reserva Legal	14.375	14.375	14.375
2.03.04.02	Reserva Estatutária	342.795	280.346	215.162
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	8.298	8.237	9.738

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.232.919	2.976.048	2.318.773
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	6.464.103	3.099.949	2.418.836
3.01.02	Impostos Incidentes sobre Vendas	-197.812	-109.292	-88.416
3.01.03	Abatimentos	-33.372	-14.609	-11.647
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.512.743	-2.132.085	-1.702.214
3.03	Resultado Bruto	1.720.176	843.963	616.559
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.570.342	-700.978	-530.001
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.188.077	-529.962	-383.250
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-335.199	-140.155	-118.497
3.04.02.01	Administrativas	-176.463	-81.083	-73.898
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-158.736	-59.072	-44.599
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-47.066	-24.442	-18.411
3.04.05.01	Despesas Extraordinárias	-47.066	-24.442	-18.411
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-6.419	-9.843
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	149.834	142.985	86.558
3.06	Resultado Financeiro	-10.447	-2.148	9.452
3.06.01	Receitas Financeiras	9.863	9.090	18.584
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.310	-11.238	-9.132
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	139.387	140.837	96.010
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-38.402	-35.982	-27.314
3.08.01	Corrente	-8.347	-33.858	-27.094
3.08.02	Diferido	-30.055	-2.124	-220
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	100.985	104.855	68.696
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	100.985	104.855	68.696
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,30566	0,31737	0,21599
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,30566	0,31737	0,21599

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	100.985	104.855	68.696
4.03	Resultado Abrangente do Período	100.985	104.855	68.696

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	305.743	129.860	18.941
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	342.421	228.957	161.323
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do I.R. e C.S.L.L	139.387	140.837	96.010
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	158.736	59.072	44.599
6.01.01.03	Plano de Opções de Ações	0	0	532
6.01.01.04	Resultado na Venda ou Baixa do Imobilizado e Intagível	9.888	3.844	957
6.01.01.05	Provisão (Reversão) para Demandas Judiciais	2.856	5.381	-94
6.01.01.06	Provisão para Perdas no Estoque	15.267	230	1.259
6.01.01.07	Provisão (Reversão) para Crédito de Liquidação Duvidosa	-1.039	3.189	715
6.01.01.08	Despesas de Juros	17.326	9.985	7.502
6.01.01.09	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	6.419	9.843
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-22.505	-70.417	-110.442
6.01.02.01	Aplicações Financeiras	0	0	15.319
6.01.02.02	Contas a Receber	-28.592	-68.831	-38.481
6.01.02.03	Estoques	-174.492	-116.485	-94.064
6.01.02.04	Outros Ativos Circulantes	60.648	-9.925	-21.980
6.01.02.05	Ativos no Realizável a Longo Prazo	-2.868	47.642	-6.783
6.01.02.06	Fornecedores	95.868	89.677	18.325
6.01.02.07	Salários e Encargos Sociais	23.455	-18.999	9.837
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	25.898	-23.876	-2.451
6.01.02.09	Outras Obrigações	-28.695	27.850	7.919
6.01.02.10	Aluguéis a Pagar	6.273	2.530	1.917
6.01.03	Outros	-14.173	-28.680	-31.940
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-14.173	-28.680	-31.940
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-236.810	-117.384	-57.770
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-238.207	-187.885	-58.264
6.02.02	Recebimentos por Vendas de Imobilizados	1.397	23	494
6.02.03	Caixa da Empresa Incorporada	0	70.478	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	5.989	9.624	2.846

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.03.01	Financiamentos Tomados	106.399	77.561	60.865
6.03.02	Pagamentos de Financiamentos	-60.420	-26.326	-22.647
6.03.03	Juros Pagos	-10.651	-7.530	-6.636
6.03.04	Recebimento de Exercício do Plano de Opção de Ação	0	0	909
6.03.06	Juros Sobre Capital Próprio e Dividendo Pagos	-29.339	-34.081	-29.645
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	74.922	22.100	-35.983
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	166.963	144.863	180.846
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	241.885	166.963	144.863

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	908.639	1.039.935	316.085	0	0	2.264.659
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	908.639	1.039.935	316.085	0	0	2.264.659
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	61	-38.722	0	-38.661
5.04.06	Dividendos	0	0	8.298	-8.298	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-30.602	0	-30.602
5.04.08	JSCP de 2012 aprovado na AGO de 29 de Abril de 2013	0	0	-8.237	0	0	-8.237
5.04.09	Juros sobre Capital Próprio Prescrito	0	0	0	178	0	178
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	100.985	0	100.985
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	100.985	0	100.985
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	62.263	-62.263	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	62.449	-62.449	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-282	282	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	96	-96	0	0
5.07	Saldos Finais	908.639	1.039.935	378.409	0	0	2.326.983

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	908.639	1.039.935	252.600	0	0	2.201.174
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	908.639	1.039.935	252.600	0	0	2.201.174
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.501	-39.869	0	-41.370
5.04.06	Dividendos	0	0	8.237	-8.237	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-31.763	0	-31.763
5.04.08	JSCP de 2011 aprovado na AGO de 27 de abril de 2012	0	0	-9.738	0	0	-9.738
5.04.09	Juros Sobre Capital Próprio Prescrito	0	0	0	131	0	131
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	104.855	0	104.855
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	104.855	0	104.855
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	64.986	-64.986	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	65.184	-65.184	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-300	300	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	102	-102	0	0
5.07	Saldos Finais	908.639	1.039.935	316.085	0	0	2.264.659

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.400	100.889	212.328	0	0	598.617
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.400	100.889	212.328	0	0	598.617
5.04	Transações de Capital com os Sócios	623.239	939.046	8.802	-31.230	0	1.539.857
5.04.01	Aumentos de Capital	623.239	940.907	0	0	0	1.564.146
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	532	0	0	0	532
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-2.393	3.302	0	0	909
5.04.06	Dividendos	0	0	9.738	-9.738	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-21.562	0	-21.562
5.04.08	Dividendo de 2010 aprovado na AGO de 11 de Abril de 2011	0	0	-4.238	0	0	-4.238
5.04.09	Juros Sobre Capital Próprio Prescrito	0	0	0	70	0	70
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	68.696	0	68.696
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	68.696	0	68.696
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	31.470	-37.466	0	-5.996
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	37.668	-37.668	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-306	306	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	104	-104	0	0
5.06.09	I.R.P.J. e C.S.L. Diferidos sobre Reserva de Reavaliação de Terrenos	0	0	-5.996	0	0	-5.996
5.07	Saldos Finais	908.639	1.039.935	252.600	0	0	2.201.174

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	6.432.909	3.082.019	2.406.759
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.430.617	3.085.209	2.407.062
7.01.02	Outras Receitas	1.253	-1	412
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	1.039	-3.189	-715
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.497.071	-2.091.738	-1.644.828
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.198.839	-1.955.848	-1.550.002
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-296.236	-135.597	-93.460
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-1.996	-293	-1.366
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.935.838	990.281	761.931
7.04	Retenções	-158.736	-59.072	-44.599
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-158.736	-59.072	-44.599
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.777.102	931.209	717.332
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.863	2.671	8.741
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-6.419	-9.843
7.06.02	Receitas Financeiras	9.863	9.090	18.584
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.786.965	933.880	726.073
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.786.965	933.880	726.073
7.08.01	Pessoal	680.742	294.739	230.902
7.08.01.01	Remuneração Direta	547.971	239.364	186.345
7.08.01.02	Benefícios	89.586	36.576	29.475
7.08.01.03	F.G.T.S.	43.185	18.799	15.082
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	685.387	387.019	318.408
7.08.02.01	Federais	252.358	132.409	100.572
7.08.02.02	Estaduais	424.075	250.100	214.586
7.08.02.03	Municipais	8.954	4.510	3.250
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	319.851	147.267	108.067
7.08.03.01	Juros	102.204	51.007	40.782
7.08.03.02	Aluguéis	217.647	96.260	67.285
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	100.985	104.855	68.696

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	30.602	31.763	21.562
7.08.04.02	Dividendos	8.298	8.237	9.738
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	62.085	64.855	37.396

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	3.614.093	3.340.186	3.168.308
1.01	Ativo Circulante	1.903.575	1.693.864	1.625.795
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	241.885	166.963	339.971
1.01.03	Contas a Receber	482.212	452.543	367.183
1.01.03.01	Clientes	373.259	335.771	287.843
1.01.03.01.01	Cheques a Receber	5.870	5.153	6.367
1.01.03.01.02	Cartões de Crédito e Débito	325.634	289.225	242.465
1.01.03.01.03	PBM - Programa de Benefício de Medicamentos	23.932	23.120	21.193
1.01.03.01.04	Convênios com Empresas	19.003	19.011	18.782
1.01.03.01.09	(-) Provisão p/Crédito de Liquidação Duvidosa	-1.180	-738	-964
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	108.953	116.772	79.340
1.01.03.02.01	Adiantamento a Funcionários	4.329	2.796	7.406
1.01.03.02.02	Devoluções a Fornecedores	20.608	16.194	12.123
1.01.03.02.03	Acordos Comerciais	80.628	92.281	55.288
1.01.03.02.08	Outros	3.388	5.501	4.523
1.01.04	Estoques	1.132.620	973.396	814.975
1.01.04.01	Mercadorias de Revenda	1.150.175	974.455	810.576
1.01.04.02	Materiais	8.626	9.854	9.402
1.01.04.03	(-) Provisão p/Perdas com Mercadorias	-26.181	-10.913	-5.003
1.01.06	Tributos a Recuperar	38.658	96.316	93.160
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	38.658	96.316	93.160
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.200	4.731	10.506
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	-85	0
1.01.08.03	Outros	0	-85	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.710.518	1.646.322	1.542.513
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	23.350	21.802	44.063
1.02.01.03	Contas a Receber	355	610	608
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	355	610	608
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	373	561	136

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	22.622	20.631	43.319
1.02.01.09.03	Depósitos Compul. e Incentivos Fiscais	0	7	0
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	10.763	11.010	7.445
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	11.298	9.053	35.313
1.02.01.09.06	Precatórios	561	561	561
1.02.03	Imobilizado	536.629	454.322	370.605
1.02.04	Intangível	1.150.539	1.170.198	1.127.845

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	3.614.093	3.340.186	3.168.308
2.01	Passivo Circulante	1.020.004	863.276	791.232
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	116.352	92.899	92.460
2.01.01.01	Obrigações Sociais	32.051	21.019	16.857
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	84.301	71.880	75.603
2.01.02	Fornecedores	671.455	575.587	536.399
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	671.455	575.587	536.399
2.01.03	Obrigações Fiscais	65.920	40.489	30.035
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.605	16.457	11.942
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.963	5.881	865
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	8.642	10.576	11.077
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	54.547	22.944	17.006
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	768	1.088	1.087
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	83.944	60.712	50.325
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	83.944	60.712	50.325
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	83.944	60.712	50.325
2.01.05	Outras Obrigações	68.597	79.468	72.925
2.01.05.02	Outros	68.597	79.468	72.925
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	9.464	5.451	3.662
2.01.05.02.04	Aluguéis	22.022	15.749	12.815
2.01.05.02.05	Lucas Comerciais	604	22.392	699
2.01.05.02.06	Demais Contas a Pagar	36.507	35.876	55.749
2.01.06	Provisões	13.736	14.121	9.088
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.005	4.223	1.730
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	93	94	93
2.01.06.01.05	Provisões para Demandas Judiciais	4.912	4.129	1.637
2.01.06.02	Outras Provisões	8.731	9.898	7.358
2.01.06.02.04	Provisões p/Campanhas Internas	0	0	1.180
2.01.06.02.05	Provisões p/Despesas Extraordinárias	0	0	708

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.01.06.02.06	Provisões p/Obrigações Diversas	8.731	9.898	5.470
2.02	Passivo Não Circulante	267.106	212.251	175.902
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	160.881	131.460	111.985
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	160.881	131.460	111.985
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	160.881	131.460	111.985
2.02.02	Outras Obrigações	4.224	7.049	8.930
2.02.02.02	Outros	4.224	7.049	8.930
2.02.02.02.03	Programa de Recuperação Fiscal	4.224	7.049	8.930
2.02.03	Tributos Diferidos	93.980	64.021	51.715
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	93.980	64.021	51.715
2.02.04	Provisões	8.021	9.721	3.272
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.021	9.721	3.272
2.02.04.01.05	Provisões para Demandas Judiciais	8.021	9.721	3.272
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.326.983	2.264.659	2.201.174
2.03.01	Capital Social Realizado	908.639	908.639	908.639
2.03.02	Reservas de Capital	1.039.935	1.039.935	1.039.935
2.03.03	Reservas de Reavaliação	12.941	13.127	13.325
2.03.04	Reservas de Lucros	365.468	302.958	239.275
2.03.04.01	Reserva Legal	14.375	14.375	14.375
2.03.04.02	Reserva Estatutária	342.795	280.346	215.162
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	8.298	8.237	9.738

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.232.919	5.380.728	2.728.985
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	6.464.103	5.593.835	2.845.418
3.01.02	Impostos Incidentes Sobre Vendas	-197.812	-179.566	-100.679
3.01.03	Abatimentos	-33.372	-33.541	-15.754
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.512.743	-3.888.079	-2.011.623
3.03	Resultado Bruto	1.720.176	1.492.649	717.362
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.570.342	-1.332.025	-637.805
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.188.077	-1.002.330	-464.112
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-335.199	-295.777	-143.339
3.04.02.01	Administrativas	-176.463	-171.450	-87.667
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-158.736	-124.327	-55.672
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-47.066	-33.918	-30.354
3.04.05.01	Despesas Extraordinárias	-47.066	-33.918	-30.354
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	149.834	160.624	79.557
3.06	Resultado Financeiro	-10.447	-2.550	11.648
3.06.01	Receitas Financeiras	9.863	16.352	22.447
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.310	-18.902	-10.799
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	139.387	158.074	91.205
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-38.402	-53.219	-22.509
3.08.01	Corrente	-8.347	-40.811	-25.270
3.08.02	Diferido	-30.055	-12.408	2.761
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	100.985	104.855	68.696
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	100.985	104.855	68.696
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	100.985	104.855	68.696
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,30566	0,31737	0,21599
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,30566	0,31737	0,21599

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	100.985	104.855	68.696
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	100.985	104.855	68.696
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	100.985	104.855	68.696

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	305.743	105.334	28.619
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	342.421	324.722	158.812
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do I.R. e C.S.L.L.	139.387	158.074	91.205
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	158.736	124.327	55.672
6.01.01.03	Plano de Opções de Ações	0	0	532
6.01.01.04	Resultado na Venda ou Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	9.888	6.896	1.026
6.01.01.05	Provisão (Reversão) para Demandas Judiciais	2.856	7.738	-245
6.01.01.06	Provisão para Perdas no Estoque	15.267	5.909	500
6.01.01.07	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-1.039	5.614	1.030
6.01.01.08	Despesas de Juros	17.326	16.164	9.092
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-22.505	-189.108	-98.253
6.01.02.01	Aplicações Financeiras	0	0	15.319
6.01.02.02	Contas a Receber	-28.592	-90.974	-46.744
6.01.02.03	Estoques	-174.492	-164.330	-124.563
6.01.02.04	Outros Ativos Circulantes	60.648	5.014	-12.809
6.01.02.05	Ativos no Realizável a Longo Prazo	-2.868	36.745	-6.656
6.01.02.06	Fornecedores	95.868	39.220	69.995
6.01.02.07	Salários e Encargos Sociais	23.455	439	-350
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	25.898	-21.855	-2.447
6.01.02.09	Outras Obrigações	-28.695	3.699	7.663
6.01.02.10	Aluguéis a Pagar	6.273	2.934	2.339
6.01.03	Outros	-14.173	-30.280	-31.940
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-14.173	-30.280	-31.940
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-236.810	-257.959	143.198
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-238.207	-259.639	-83.705
6.02.02	Recebimentos por Vendas de Imobilizados	1.397	1.680	494
6.02.03	Caixa Adquirido em Combinação de Negócios	0	0	226.409
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	5.989	-20.383	-12.692
6.03.01	Financiamentos Tomados	106.399	108.746	60.865

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.03.02	Pagamentos de Financiamentos	-60.420	-81.829	-26.183
6.03.03	Juros Pagos	-10.651	-13.219	-7.420
6.03.04	Recebimento de Exercício do Plano de Opção de Ação	0	0	909
6.03.05	Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-29.339	-34.081	-40.863
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	74.922	-173.008	159.125
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	166.963	339.971	180.846
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	241.885	166.963	339.971

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	908.639	1.039.935	316.085	0	0	2.264.659	0	2.264.659
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	908.639	1.039.935	316.085	0	0	2.264.659	0	2.264.659
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	61	-38.722	0	-38.661	0	-38.661
5.04.06	Dividendos	0	0	8.298	-8.298	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-30.602	0	-30.602	0	-30.602
5.04.08	JSCP de 2012 aprovado na AGO de 29 de Abril de 2013	0	0	-8.237	0	0	-8.237	0	-8.237
5.04.09	Juros sobre Capital Próprio Prescrito	0	0	0	178	0	178	0	178
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	100.985	0	100.985	0	100.985
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	100.985	0	100.985	0	100.985
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	62.263	-62.263	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	62.449	-62.449	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-282	282	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	96	-96	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	908.639	1.039.935	378.409	0	0	2.326.983	0	2.326.983

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	908.639	1.039.935	252.600	0	0	2.201.174	0	2.201.174
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	908.639	1.039.935	252.600	0	0	2.201.174	0	2.201.174
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.501	-39.869	0	-41.370	0	-41.370
5.04.06	Dividendos	0	0	8.237	-8.237	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-31.763	0	-31.763	0	-31.763
5.04.08	JSCP de 2011 aprovado na AGO de 27 de abril de 2012	0	0	-9.738	0	0	-9.738	0	-9.738
5.04.09	Juros Sobre Capital Próprio Prescrito	0	0	0	131	0	131	0	131
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	104.855	0	104.855	0	104.855
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	104.855	0	104.855	0	104.855
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	64.986	-64.986	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	65.184	-65.184	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-300	300	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	102	-102	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	908.639	1.039.935	316.085	0	0	2.264.659	0	2.264.659

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.400	100.889	212.328	0	0	598.617	0	598.617
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.400	100.889	212.328	0	0	598.617	0	598.617
5.04	Transações de Capital com os Sócios	623.239	939.046	8.802	-31.230	0	1.539.857	0	1.539.857
5.04.01	Aumentos de Capital	623.239	940.907	0	0	0	1.564.146	0	1.564.146
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	532	0	0	0	532	0	532
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-2.393	3.302	0	0	909	0	909
5.04.06	Dividendos	0	0	9.738	-9.738	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-21.562	0	-21.562	0	-21.562
5.04.08	Dividendo de 2010 aprovado na AGO de 11 de abril de 2011	0	0	-4.238	0	0	-4.238	0	-4.238
5.04.09	Juros Sobre o Capital Próprio Prescrito	0	0	0	70	0	70	0	70
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	68.696	0	68.696	0	68.696
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	68.696	0	68.696	0	68.696
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	31.470	-37.466	0	-5.996	0	-5.996
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	37.668	-37.668	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-306	306	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	104	-104	0	0	0	0
5.06.09	I.R.P.J e C.S.L Diferidos sobre Reserva de Reavaliação de Terrenos	0	0	-5.996	0	0	-5.996	0	-5.996
5.07	Saldos Finais	908.639	1.039.935	252.600	0	0	2.201.174	0	2.201.174

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	6.432.909	5.555.034	2.828.919
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.430.617	5.560.163	2.829.537
7.01.02	Outras Receitas	1.253	485	412
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	1.039	-5.614	-1.030
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.497.071	-3.845.883	-1.991.509
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.198.839	-3.587.770	-1.859.096
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-296.236	-256.979	-131.047
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-1.996	-1.134	-1.366
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.935.838	1.709.151	837.410
7.04	Retenções	-158.736	-124.327	-55.672
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-158.736	-124.327	-55.672
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.777.102	1.584.824	781.738
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.863	16.352	22.447
7.06.02	Receitas Financeiras	9.863	16.352	22.447
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.786.965	1.601.176	804.185
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.786.965	1.601.176	804.185
7.08.01	Pessoal	680.742	572.838	278.792
7.08.01.01	Remuneração Direta	547.971	457.199	224.912
7.08.01.02	Benefícios	89.586	81.222	35.984
7.08.01.03	F.G.T.S.	43.185	34.417	17.896
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	685.387	657.562	334.674
7.08.02.01	Federais	252.358	247.222	111.252
7.08.02.02	Estaduais	424.075	402.911	219.647
7.08.02.03	Municipais	8.954	7.429	3.775
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	319.851	265.921	122.023
7.08.03.01	Juros	102.204	86.396	42.876
7.08.03.02	Aluguéis	217.647	179.525	79.147
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	100.985	104.855	68.696
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	30.602	31.763	21.562

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.08.04.02	Dividendos	8.298	8.237	9.738
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	62.085	64.855	37.396

Relatório da Administração**DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2013**

São Paulo, 17 de março de 2014. RaiaDrogasil S.A. (BM&FBovespa: RADL3) anuncia seus resultados referentes ao 4º trimestre de 2013 (4T13) e ao ano de 2013. As demonstrações financeiras de RaiaDrogasil S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foram preparadas em conformidade com os requerimentos do IFRS e foram revisadas por nossos auditores independentes de acordo com as práticas brasileiras e internacionais de auditoria. Os referidos demonstrativos são apresentados em Reais, e todas as taxas de crescimento referem-se ao mesmo período de 2012.

Em função da constituição de RaiaDrogasil S.A., incorremos em 2013 e 2012 em diversas despesas não recorrentes relativas aos custos com a integração e ao alinhamento de práticas contábeis entre as empresas. Para uma melhor compreensão de nosso desempenho, apresentamos os nossos resultados ajustados de 2013 e 2012 não considerando tais despesas.

Registramos em abril e maio de 2013 a redução dos encargos sociais sobre a folha de pagamento, a qual foi classificada na rubrica Impostos e Devoluções sobre Vendas, já que passaram a representar um percentual da receita. Para manter a comparabilidade histórica, reclassificamos tais encargos como Despesa com Vendas.

PRINCIPAIS DESTAQUES DO ANO:

- **Lojas: 967 lojas em operação (abertura de 131 lojas e 24 fechamentos em 2013)**
- **Receita Bruta: R\$ 6,5 bilhões, crescimento de 15,6% (9,3% mesmas lojas)**
- **Margem Bruta: 26,8% da receita bruta, crescimento de 0,1 ponto percentual**
- **EBITDA Ajustado: R\$ 357,0 milhões, um incremento de 9,6%, 5,5% de margem EBITDA**
- **Lucro Líquido Ajustado: R\$ 175,8 milhões, 2,7% de margem líquida**
- **Fluxo de Caixa: R\$ 45,3 milhões de fluxo de caixa livre e R\$ 22,3 de geração total**

Sumário	2012	2013	4T12	1T13	2T13	3T13	4T13
<i>(R\$ mil)</i>							
# de Lojas (final do período)	864	967	864	895	906	931	967
Abertura de Lojas	101	131	42	36	25	29	41
Fechamento de Lojas	(13)	(24)	(6)	(4)	(10)	(6)	(4)
Reaberturas/(Suspensões) Líquidas	0	(4)	0	(1)	(4)	2	(1)
# de Lojas (média do período)	803	902	843	879	897	920	950
# de funcionários	20.113	21.482	20.113	20.274	21.195	21.268	21.482
# de farmacêuticos	3.004	3.322	3.004	3.073	3.207	3.260	3.322
# de atendimentos	125.548	133.923	32.205	30.958	33.596	34.567	34.803
Receita Bruta	5.593.835	6.464.103	1.479.979	1.438.405	1.604.091	1.682.958	1.738.649
Lucro Bruto Ajustado	1.494.258	1.732.297	400.578	382.340	433.760	451.785	464.412
% da Receita Bruta	26,7%	26,8%	27,1%	26,6%	27,0%	26,8%	26,7%
EBITDA Ajustado	325.845	357.035	83.094	66.165	103.472	90.791	96.607
% da Receita Bruta	5,8%	5,5%	5,6%	4,6%	6,5%	5,4%	5,6%
Lucro Líquido Ajustado	147.761	175.810	34.784	26.486	58.634	42.623	48.067
% da Receita Bruta	2,6%	2,7%	2,4%	1,8%	3,7%	2,5%	2,8%
Fluxo de Caixa Livre	(180.708)	45.276	(72.350)	(48.490)	(34.819)	57.736	70.849

Relatório da Administração

CARTA AOS ACIONISTAS

O ano de 2013 foi marcado por desafios em relação aos nossos resultados que acabaram por frustrar as expectativas financeiras para o exercício, mas também se caracterizou por grandes avanços rumo à concretização da visão que norteou a formação da Raia Drogasil, criando as bases para seguirmos liderando a consolidação do mercado brasileiro de drogarias e para iniciarmos um ciclo de prosperidade a partir de 2014.

Encerramos o ano com R\$ 6,5 bilhões de receita bruta, um crescimento de 15,6% em relação a 2012. Abrimos 131 lojas e encerramos 24 filiais como parte de um programa de otimização de portfólio. Nosso crescimento orgânico, associado ao crescimento mesmas lojas, resultou em um incremento de receita bruta de R\$ 0,9 bilhão apenas em 2013, porte total aproximado da oitava maior rede do Brasil, ampliando portanto a nossa liderança de mercado. Reiteramos o nosso guidance de 130 novas lojas para 2014 e a crença de que teremos uma expansão acelerada por muitos anos, seja com os formatos atuais ou por meio de novos formatos inovadores como Farmasil, que se encontra em piloto com 15 lojas em operação ao final de 2013.

Obtivemos um EBITDA ajustado de R\$ 357,0 milhões no exercício, equivalente a uma margem de 5,5% sobre a receita bruta. Isso representou uma redução de margem de 0,3 ponto percentual em relação ao ano anterior em função de um crescimento médio nas lojas maduras de apenas 4,7% contra uma inflação anual (IPCA) de 5,9% no exercício, o que fez com que perdêssemos alavancagem operacional em nossas lojas. O lucro líquido ajustado totalizou R\$ 175,8 milhões, uma margem líquida de 2,7%, enquanto a geração operacional de caixa foi de R\$ 282,1 milhões. Investimos no exercício R\$ 236,8 milhões em ativos fixos com forte disciplina financeira, buscando retornos marginais consistentes com nosso histórico e gerando um fluxo de caixa livre de R\$ 45,3 milhões no exercício.

Efetivamos em 23 de julho de 2013 uma importante mudança na gestão da empresa, com a nomeação de Marcílio D'Amico Pousada como novo Presidente. Marcílio trouxe para a Empresa uma sólida experiência de 25 anos em varejo e um foco renovado em execução e nas operações de loja.

Este foco em execução resultou em avanços significativos na integração das operações. Concluímos um exaustivo upgrade na nossa plataforma proprietária de varejo, na qual incorporamos todas as funcionalidades vitais de Droga Raia e de Drogasil para serem compartilhadas entre as bandeiras e iniciamos em setembro o processo de roll-out. Até o final de 2013, já haviam sido migrados 53 filiais e dois CDs Drogasil para a nova plataforma unificada, o que criou as bases para a unificação total dos nossos sistemas corporativos em 28/02/2014 e para a unificação dos sistemas de frente de loja, passo final da integração, que ocorrerá no segundo semestre de 2014.

A adoção desta nova plataforma unificada de varejo é um passo decisivo para atingirmos um novo patamar de execução, em função da integração de toda a nossa malha logística e da disponibilização de diversas funcionalidades avançadas e proprietárias para precificação, promoções, gestão de estoques e CRM, entre outras, que passam a ser compartilhadas entre todas as nossas lojas e bandeiras. Além disso, ela resulta em processos de gestão e numa estrutura organizacional totalmente unificados na retaguarda.

Esta ênfase em execução foi além da integração: avançamos em um plano ousado de reformas (175 realizadas em 2013 e 216 previstas para 2014), em um significativo fortalecimento do sortimento e do merchandising nas filiais Drogasil, na implantação de réguas de relacionamento para segmentos específicos de clientes da Droga Raia, no treinamento sistemático de nossas equipes e no investimento em mídia televisiva para fortalecimento de marca em regiões recentes, entre outras ações. No âmbito corporativo, avançamos em um rigoroso processo de controle de custos e em um novo modelo de remuneração variável com base na atribuição de metas globais e individuais, com responsabilização individual para cada executivo.

Após um ano de grandes desafios e realizações, acreditamos que o progresso na integração e o foco renovado na execução nos aproximam do objetivo inicial da Raia Drogasil: combinar ativos e competências de qualidade ímpar, de forma a compartilhá-los entre duas das principais marcas do varejo brasileiro, proporcionando um salto de patamar de execução, de prestação de serviços aos clientes e de criação de valor para os nossos acionistas.

Relatório da Administração

DESAFIOS PARA 2014

Desde a criação da Raia Drogasil em novembro de 2011, trabalhamos para manter a identidade e as principais fortalezas das duas marcas e ao mesmo tempo alavancar os ativos e competências para toda a Organização.

Entendemos que o processo de integração dos sistemas produziu importantes avanços nesta direção e nos posiciona para obter uma forte criação de valor para os nossos clientes, colaboradores e acionistas.

Neste sentido, estabelecemos quatro importantes prioridades para o ano de 2014:

Crescimento Sustentável com Disciplina Financeira: Pretendemos seguir abrindo 130 lojas por ano ao longo dos próximos anos e com grande disciplina financeira, ou seja, buscando retornos marginais elevados, em linha com os patamares com que operamos nos últimos anos, e mantendo a nossa autossuficiência financeira por meio de geração positiva de fluxo de caixa livre, a exemplo do que fizemos em 2013. Dentro de um ambiente concorrencial mais desafiador e com uma presença a cada ano mais adensada, pretendemos combinar um maior preenchimento dos mercados maduros com a entrada em novos mercados, especialmente na região Nordeste. Além disso, será fundamental investirmos em novos formatos, tanto no caso de Farmasil, que segue em piloto com o intuito de validarmos o modelo de negócios, como também com novos formatos para Raia e Drogasil, seja via modelos de lojas mais compactos ou com lojas mais completas.

Ganhos de Produtividade: Com a conclusão da integração dos nossos sistemas corporativos e o início da unificação dos sistemas de frente de loja, pretendemos fazer uma ampla revisão de processos, sobretudo em loja, visando simplificar atividades, elevar a produtividade e melhorar o atendimento aos nossos clientes. A expansão sustentada de margens que esperamos obter depende de uma efetiva diluição das despesas de vendas em um cenário de pressões inflacionárias. Neste sentido, nosso grande foco será em iniciativas que promovam o crescimento sustentado das lojas maduras acima da inflação e que nos permitam reduzir despesas de vendas sem prejuízo do bom atendimento aos nossos clientes. No âmbito corporativo, pretendemos intensificar o nosso foco no controle das despesas administrativas, cuja diluição também será um importante pilar da expansão de margem. Outro importante foco de ação será na elevação da margem bruta, através do fortalecimento da nossa estrutura de gerenciamento de categorias e de fornecedores, do avanço do nosso programa de marca própria e do incremento da penetração de genéricos.

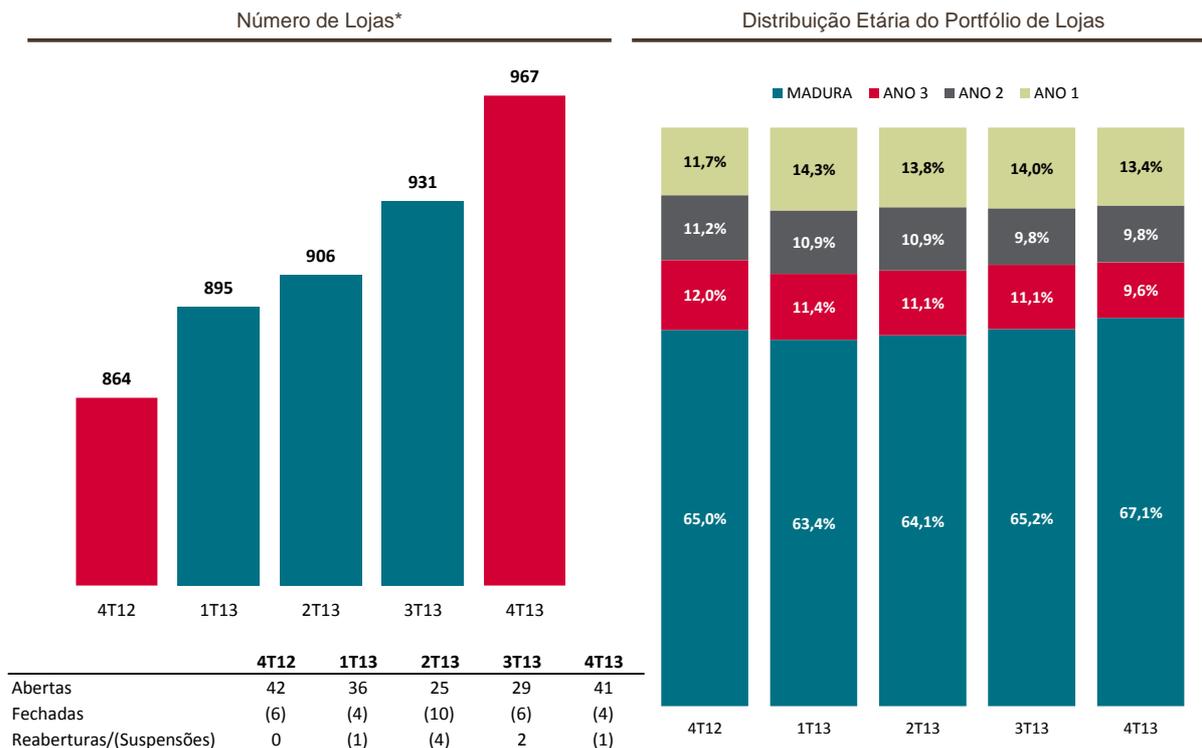
Multicanalidade: Somos hoje um dos líderes no Brasil em televendas e e-commerce no nosso setor, mas ainda operamos de forma segmentada em relação à nossa operação de lojas. Temos certeza da importância de uma plataforma multicanal integrada para incrementar a experiência de compras dos nossos clientes e nos relacionarmos com eles de forma holística. Esta é uma jornada de médio prazo, mas já estamos nos movendo nesta direção. Em 2013, unificamos o televendas e o e-commerce da Droga Raia como um único serviço sob a marca **drogaraia.com** e lançamos o serviço **drogasil.com** em dezembro. Além disso, unificamos a nossa estrutura de *fulfillment* para ambas as bandeiras em um único site e focaremos em 2014 no *upgrade* da nossa estrutura tecnológica, criando a base para avançarmos rumo à nossa visão nos anos subsequentes.

Alinhamento de Incentivos: Avançamos de forma significativa na melhoria do nosso modelo de gestão em 2013, por meio de um programa de remuneração baseado em metas globais para a empresa e individuais para cada gestor. Pretendemos incrementar este modelo em 2014 através da implementação de remuneração variável baseada em ações restritas, o que deverá ser aprovado em Assembleia Extraordinária. Queremos transformar nossos principais executivos em acionistas (presidente, VPs e diretores) visando alinhar interesses no longo prazo e estabelecer mecanismos eficientes de retenção dos nossos principais talentos.

EXPANSÃO DA REDE

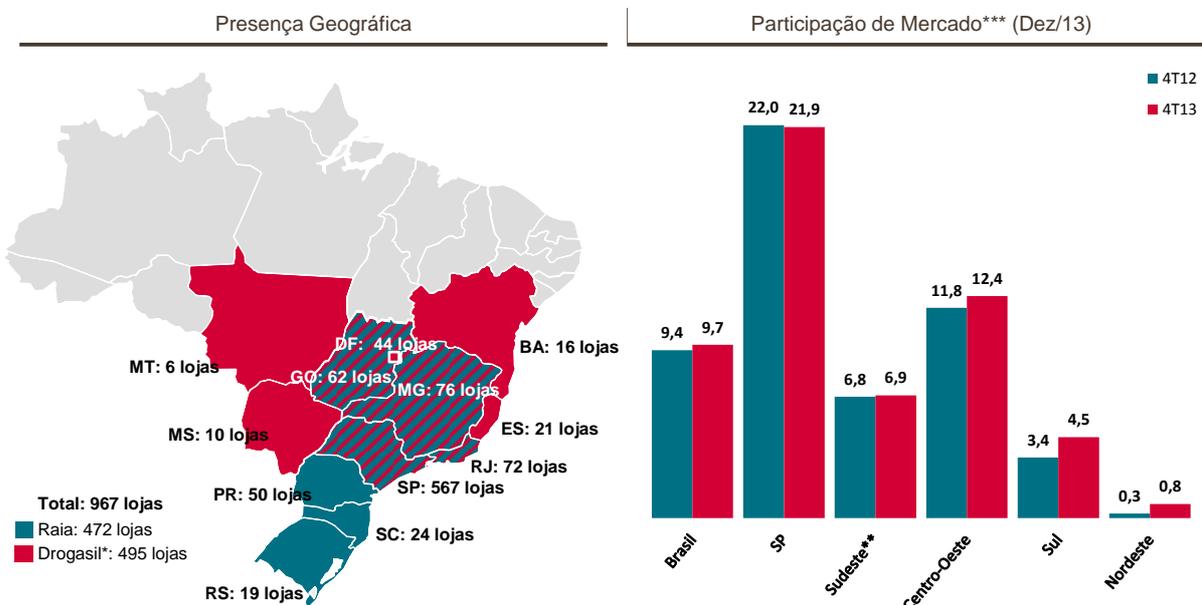
Abrimos em 2013 um total de 131 novas lojas e fechamos 24, encerrando 2013 com 967 lojas em operação, incluindo a suspensão temporária de quatro lojas para mudança de bandeira.

Relatório da Administração



* Não inclui as lojas temporariamente suspensas para troca de bandeira.

Ao final do período, 32,8% das lojas ainda estavam em estágio de maturação, ou seja, ainda não atingiram seu potencial de receita e de rentabilidade.



DISTRIBUIÇÃO DO MERCADO FARMACÊUTICO POR REGIÃO (DEZEMBRO/13)

Região	Brasil	SP	Sudeste**	Centro-Oeste	Sul	Nordeste
Participação	100,0%	27,5%	24,6%	8,5%	17,3%	17,7%

Fonte: IMS Health
 * Inclui as lojas Farmasil
 ** Exclui São Paulo
 *** Participação de mercado comparável

Relatório da Administração

Encerramos 2013 com uma participação comparável de mercado de 9,7%, um incremento de 0,3 ponto percentual em relação a 2012.

Tivemos uma retração de participação de 0,1 ponto percentual em São Paulo em função do desempenho insatisfatório de uma das marcas, e obtivemos ganhos de participação em todas as demais regiões.

Destacamos o ganho de participação no Nordeste, onde atingimos 0,8% de participação (mesmo operando até o momento somente na Bahia), um crescimento de 0,5 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior.

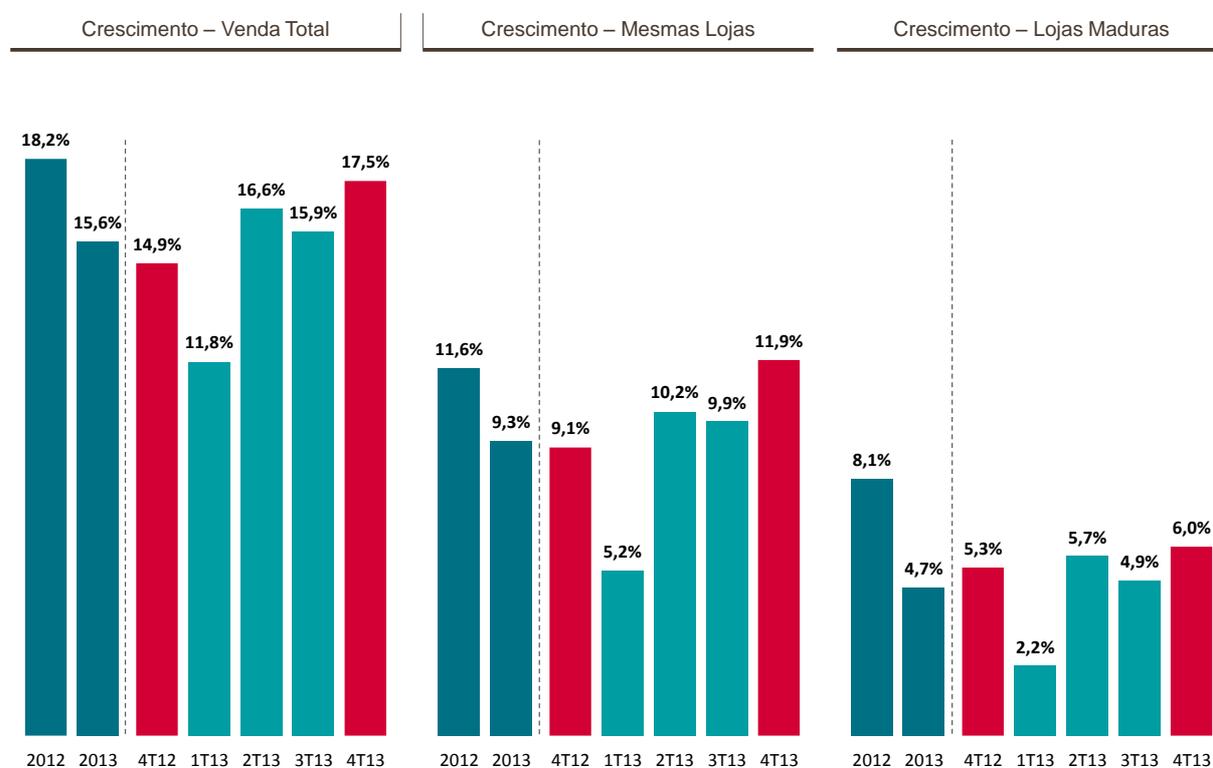
Registramos também expressivos ganhos de participação na região Sul, onde ganhamos 1,1 ponto percentual de participação em função da consolidação da nossa marca e da aceleração da maturação das nossas lojas em mercados mais recentes, bem como na região Centro-Oeste, em função da aquisição realizada em Goiás e do nosso avanço no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, que compensaram uma perda de participação no Distrito Federal, onde não abrimos lojas novas há mais de três anos.

Por fim, tivemos leve ganho de participação de 0,1 ponto percentual na região Sudeste (não incluindo São Paulo), alavancado pelo nosso crescimento no Rio de Janeiro e no Espírito Santo.

Vale ressaltar que estas participações foram ajustadas pelo IMS Health para preservar a comparabilidade histórica por meio da exclusão dos novos informantes que foram adicionados ao painel ao longo de 2013. Considerando estes novos informantes, nossa participação de mercado em nível nacional ao fim de 2013 foi de 9,4%.

RECEITA BRUTA

Encerramos o ano de 2013 com R\$ 6.464,1 milhões de receita bruta, um incremento de 15,6%.



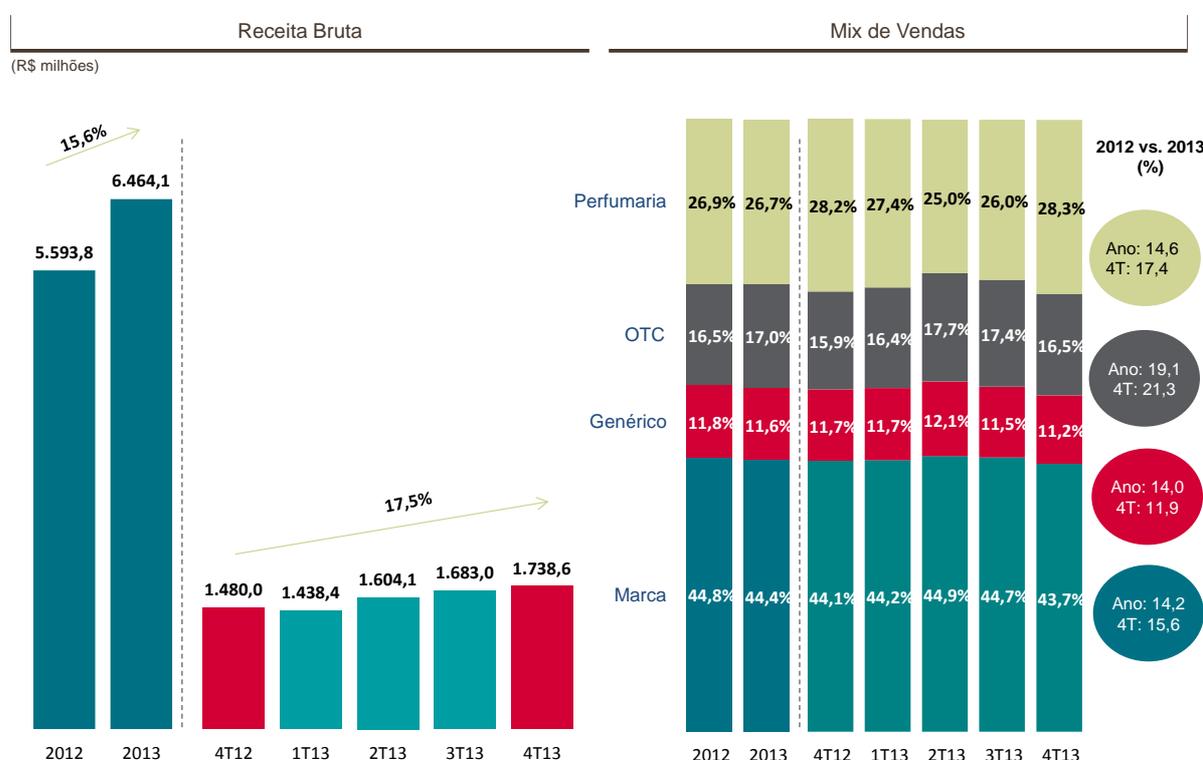
Excluindo as lojas encerradas e suspensas da base de comparação, o crescimento seria de 16,8%, um incremento de 1,2 ponto percentual. Obtivemos um crescimento médio nas mesmas lojas de 9,3% no ano, enquanto as lojas maduras cresceram 4,7%.

Relatório da Administração

Atingimos no 4T13 um crescimento total de 17,5%, o que correspondeu à 11,9% nas mesmas lojas e a 6,0% nas lojas maduras, em linha com a inflação. Registramos no trimestre um efeito calendário positivo de 0,4 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior.

Obtivemos um excelente desempenho na categoria OTC tanto no ano como no trimestre, com crescimentos de 19,1% e 21,3%, respectivamente, o que resultou em um aumento de participação no mix de vendas em 0,5 ponto percentual no ano e de 0,6% no trimestre. A ausência de novos lançamentos relevantes limitou a nossa capacidade de incrementar a participação dos genéricos.

Vale ressaltar que a categorização do mix de produtos utilizada a partir deste trimestre difere da que era anteriormente reportada, que adotava critérios distintos para Raia e Drogasil. As principais mudanças foram a reclassificação dos produtos de saúde e de conveniência da Drogasil, que migram de Perfumaria para OTC assim como já era feito para Raia, e a reclassificação dos medicamentos genéricos de venda livre da Raia como medicamentos genéricos, e não mais como OTC, assim como já ocorria com Drogasil. Para uma melhor compreensão, reclassificamos todo o histórico reportado.



LUCRO BRUTO

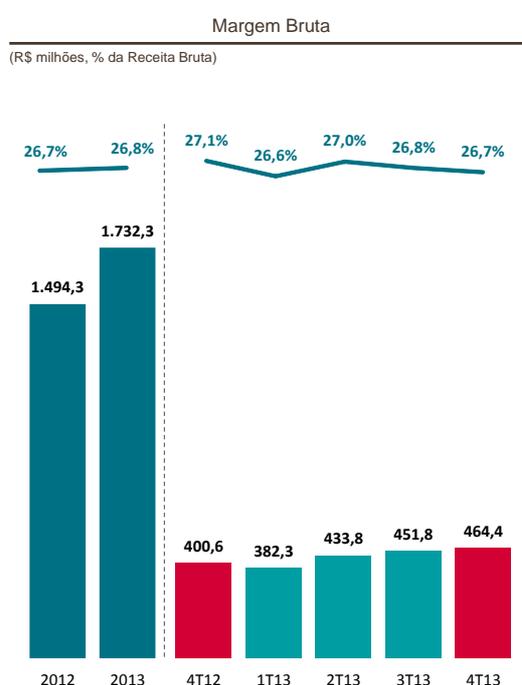
Em 2013 obtivemos uma margem bruta de 26,8%, um incremento de 0,1 ponto percentual quando comparado à 2012.

No 4T13 registramos R\$ 464,4 milhões de lucro bruto, equivalente a uma margem bruta de 26,7%, uma redução de 0,4 ponto percentual. Esta redução na margem é atribuída à forte base de comparação do mesmo período do ano anterior.

É importante ressaltar que no mês de dezembro voltamos a ser contribuintes substitutos no estado de São Paulo. Com isso, passamos a comprar as mercadorias já com os impostos recolhidos pelos nossos fornecedores ao invés de recolhermos os nossos próprios tributos na transferência de produtos dos nossos CDs para as lojas. Esta mudança nos permitirá reverter integralmente a perda de margem bruta de aproximadamente 0,4 ponto percentual verificada na adoção do regime tributário anterior, no qual a nossa carga de impostos havia sido aumentada.

Relatório da Administração

Estimamos que a margem bruta esteja plenamente recomposta a partir do 2T14 em função do prazo de rotação dos estoques.



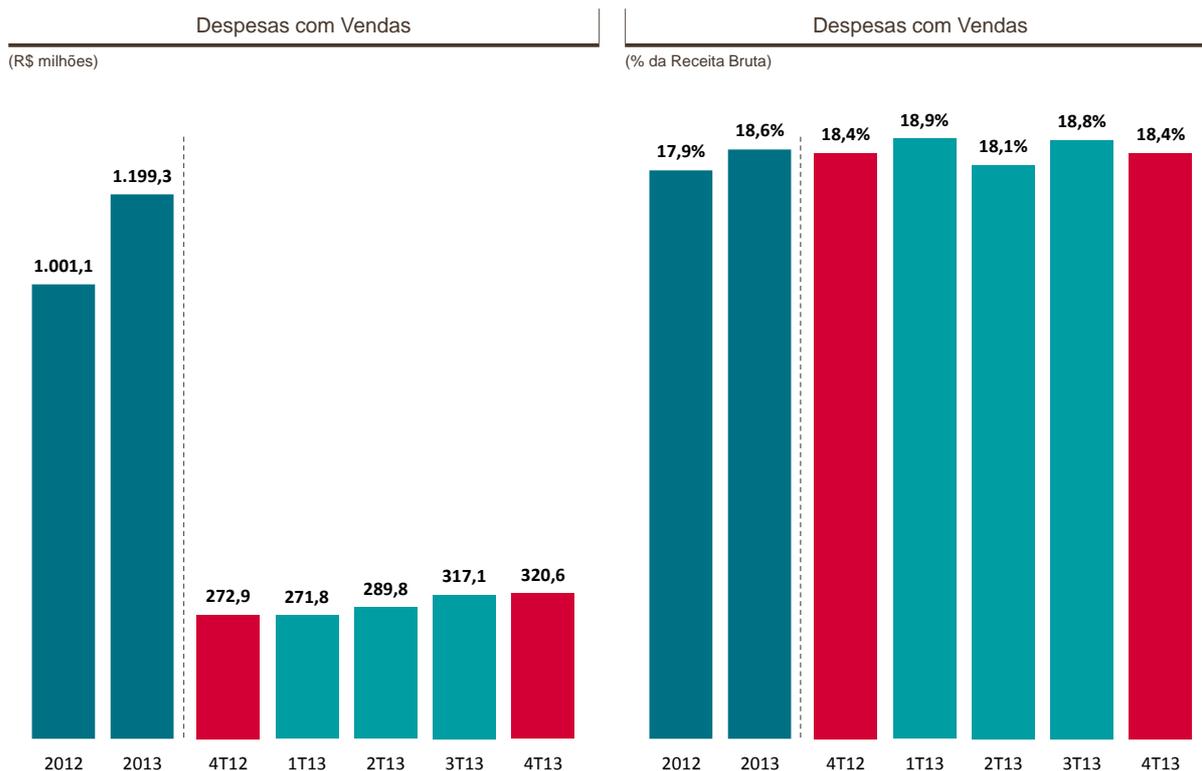
DESPESAS COM VENDAS

As despesas com vendas totalizaram R\$ 1.199,3 milhões no ano, equivalentes a 18,6% da receita bruta. Os principais fatores que impulsionaram o aumento de 0,7 ponto percentual foram a pressão inflacionária sobre a folha de pagamento (0,3 ponto percentual) e sobre os aluguéis (0,2 ponto percentual). Além disso, incrementamos as despesas de marketing (0,2 ponto percentual) com o intuito de acelerar a maturação das lojas localizadas em mercados mais recentes, principalmente nas regiões Sul e Centro-Oeste.

O reajuste salarial anual dos funcionários de São Paulo (lojas, CDs e corporativo) excedeu a inflação em 2,2 pontos percentuais, pressionando as despesas com pessoal. Adicionalmente, a valorização observada no mercado imobiliário nos últimos anos vem pressionando as nossas despesas de aluguel no momento da renovação dos contratos existentes.

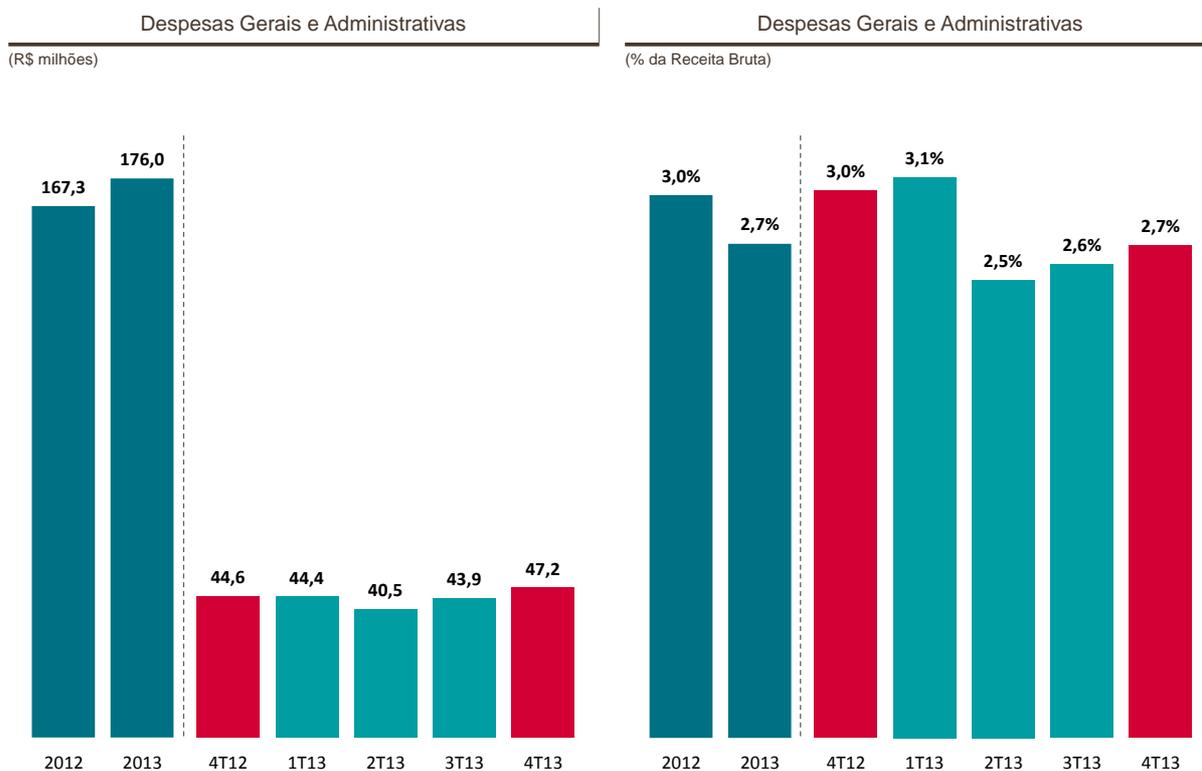
No 4T13 as despesas de vendas representaram 18,4% da receita bruta, em linha com o ano anterior em função de uma melhor absorção nas despesas em decorrência de um crescimento de vendas das lojas maduras (6,0%) em linha com a inflação (5,9%) e de ganhos de eficiência relativos ao programa de fechamento de lojas. Tivemos no período aumentos nas despesas de marketing (0,2%), de aluguel (0,1%) e de lojas novas (0,1%) que foram neutralizados por diluições nas despesas de pessoal (0,1%) e por outras diluições (0,3%).

Relatório da Administração



DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 176,0 milhões em 2013, e representaram 2,7% da receita bruta, uma diluição de 0,3 ponto percentual quando comparado ao ano anterior.



Relatório da Administração

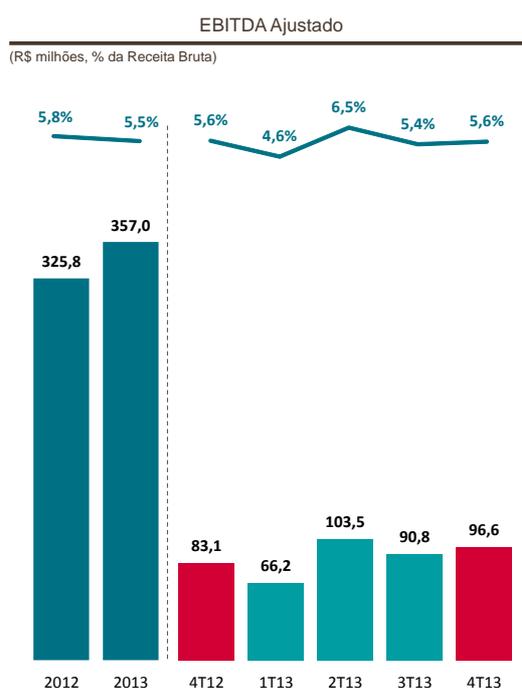
No 4T13 as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 47,2 milhões, ou 2,7% da receita bruta, apresentando a mesma redução de 0,3 ponto percentual quando comparado ao 4T12.

Esta diluição reflete um ganho de produtividade com o crescimento da nossa operação, na medida em que as nossas despesas administrativas nos últimos doze meses se mantiveram constantes em termos reais (crescimento de 5,8% contra uma inflação de 5,9% no período).

Estes ganhos de eficiência vem se intensificando desde a criação da Raia Drogasil no 4T11, período no qual incrementamos o número de lojas em 19,8% e reduzimos as despesas administrativas em 1,0% em termos reais por meio de ganhos com sinergias administrativas. Os montantes reportados não incluem despesas não recorrentes, como encerramento de lojas, consultorias, assessorias e despesas com rescisões.

EBITDA

Em 2013 atingimos um EBITDA de R\$ 357,0 milhões, um aumento de 9,6% e uma redução de 0,3 ponto percentual na margem. O incremento de 0,1 ponto percentual na margem bruta e a diluição de 0,3 ponto percentual nas despesas administrativas não foram suficientes para compensar o aumento de 0,7 ponto percentual nas despesas com vendas.



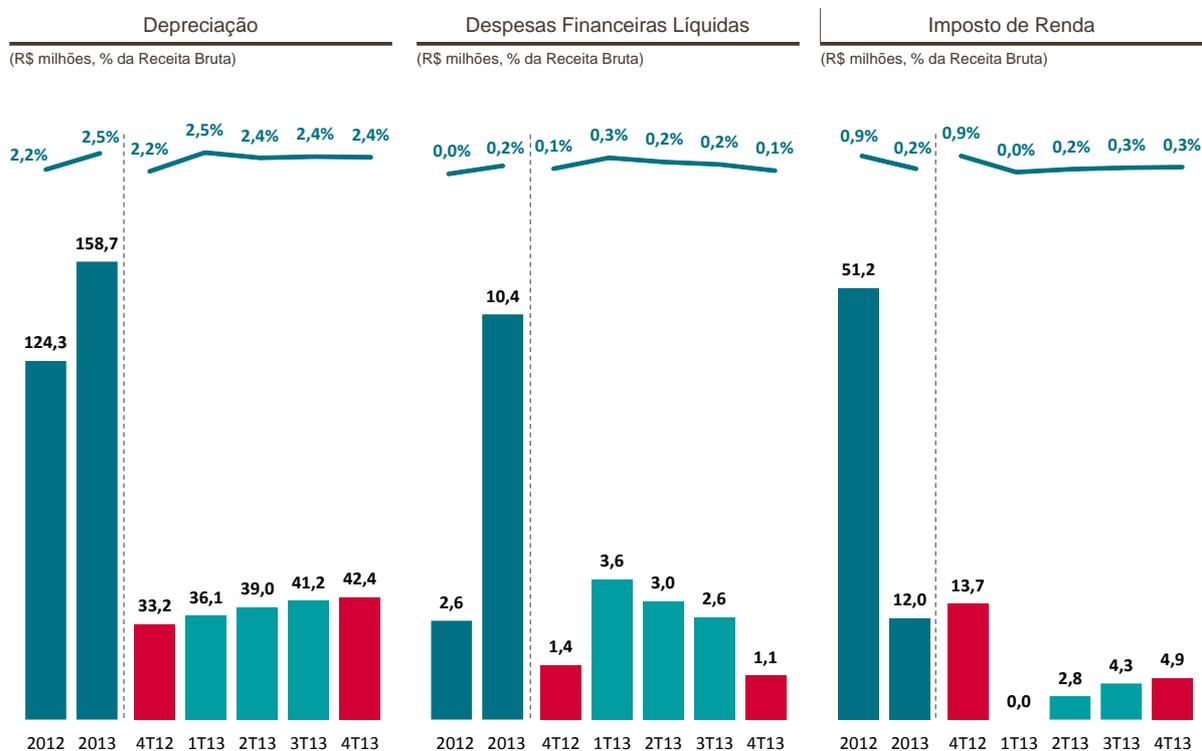
Considerando apenas o 4T13, registramos um crescimento do EBITDA de 16,2%, e mantivemos a margem de 5,6%, em linha com o ano anterior. Com a manutenção dos níveis das despesas com vendas e a diluição das despesas gerais e administrativas (0,3 ponto percentual) compensamos integralmente a redução na margem bruta (0,3 ponto percentual).

As lojas em processo de abertura, bem como as filiais suspensas ou encerradas, geraram em 2013 uma redução no EBITDA de R\$ 35,4 milhões (R\$ 7,6 milhões no 4T13), ou seja, considerando apenas as 836 lojas em operação desde o final de 2012 (864 lojas ao final do ano menos 28 lojas encerradas ou suspensas) e a elas atribuindo a totalidade das despesas logísticas e administrativas, o EBITDA teria sido de R\$ 392,4 milhões (R\$ 104,2 milhões no 4T13), equivalente a 6,8% sobre a receita destas lojas (6,4% no trimestre).

Relatório da Administração

DEPRECIÇÃO, DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS E IMPOSTO DE RENDA

As despesas financeiras líquidas aumentaram em 0,2 ponto percentual em relação a 2012, refletindo a variação do saldo da dívida líquida durante o ano. No trimestre, as despesas financeiras se mantiveram em linha com o mesmo período do ano anterior.



A depreciação atingiu R\$ 158,7 milhões em 2013, equivalente a 2,5% da receita bruta, um incremento de 0,3 ponto percentual, devido à aceleração do ritmo de abertura de lojas desde o final de 2012. No 4T13 as despesas de depreciação atingiram R\$ 42,4 milhões, ou 2,4% da receita bruta, um incremento de 0,2 ponto percentual quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

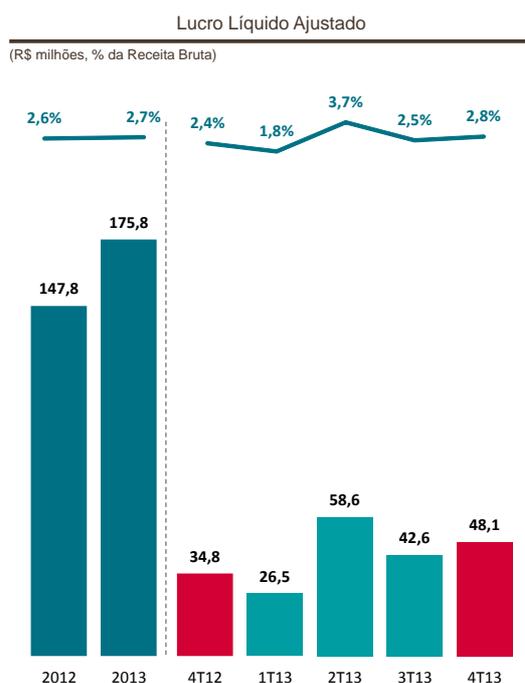
Em 2013, o benefício fiscal gerado pela amortização do ágio totalizou R\$ 42,8 milhões (R\$ 10,7 milhões no trimestre), reduzindo o imposto de renda apurado em 0,7 ponto percentual (0,6 no 4T13), de 0,9% em 2012 para 0,2% em 2013. É importante ressaltar que este benefício se encontra refletido no nosso lucro líquido ajustado a partir do 4T12.

LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO

Registramos um lucro líquido ajustado de R\$ 175,8 milhões em 2013 e encerramos o ano com uma margem líquida de 2,7%, um incremento de 0,1 ponto percentual. Registramos no 4T13 um lucro líquido de R\$ 48,1 milhões, equivalente a 2,8% de margem líquida, um incremento de 0,4 ponto percentual.

A redução na margem EBITDA (0,3 ponto percentual) e o aumento tanto das despesas de depreciação (0,3 ponto percentual) quanto das despesas financeiras líquidas (0,2 ponto percentual), foram compensadas por uma redução nos impostos pagos, especialmente em função do benefício fiscal gerado pela amortização do ágio (0,7 ponto percentual).

Relatório da Administração



DESPESAS NÃO RECORRENTES

Incorremos em R\$ 48,5 milhões de despesas não recorrentes em 2013 (R\$ 14,5 milhões no 4T13), conforme tabela abaixo:

<u>Ajustes</u> (R\$ milhões)	<u>1T13</u>	<u>2T13</u>	<u>3T13</u>	<u>4T13</u>	<u>2013</u>
Despesas de Integração	(10,2)	(8,1)	(12,3)	(17,5)	(48,1)
Assessoria Contábil e Jurídica	(1,6)	(0,8)	(0,5)	(0,2)	(3,2)
Consultoria	(0,7)	(1,9)	(0,7)	(3,7)	(7,1)
Encerramento de Lojas e Fechamento do Escritório da Raia	(2,2)	(1,6)	(4,4)	(7,3)	(15,5)
Farmácia Popular	(5,5)	(3,7)	(2,2)	(1,8)	(13,3)
Rescisões/Compensações	(0,1)	(0,0)	(4,5)	(4,4)	(9,1)
Despesas de Anos Anteriores	4,5	0,0	(7,8)	3,0	(0,4)
Ganhos (Perdas) de Exercícios Anteriores	4,5	0,0	(7,8)	3,0	(0,4)
Total	(5,7)	(8,1)	(20,2)	(14,5)	(48,5)

Registramos R\$ 9,1 milhões em despesas de rescisão (R\$ 4,4 milhões no 4T13) e R\$ 15,5 milhões na baixa (não caixa) dos ativos das lojas encerradas como parte do nosso programa de otimização do portfólio. Registramos também R\$ 7,1 milhões em despesas de consultoria (R\$ 3,7 milhões no trimestre em função do roll-out da integração de sistemas) e R\$ 3,2 milhões em despesas de assessoria contábil e jurídica relativas à incorporação da Raia (R\$ 0,2 milhão no 4T13).

Além disso, incorremos em R\$ 13,3 milhões (R\$ 1,8 milhão no trimestre) em despesas para subsidiar o programa Farmácia Popular nas lojas que ainda não recuperaram as suas licenças. O Farmácia Popular é um programa do governo federal que propicia a distribuição gratuita ou a venda com custos diminutos de medicamentos que integram o programa, uma vez que os produtos são subsidiados pelo governo. Como as lojas da Droga Raia perderam as suas licenças após a incorporação e as novas licenças levam meses para serem concedidas novamente, decidimos assumir este custo durante a transição para minimizar as interrupções para os clientes, cujo impacto poderia superar

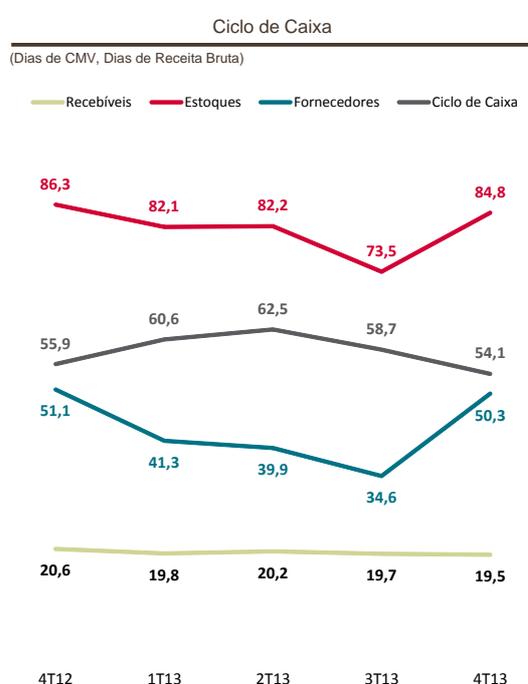
Relatório da Administração

amplamente o montante subsidiado. É importante ressaltar que já recuperamos a totalidade das licenças do programa farmácia popular, o que deve extinguir esta despesa extraordinária em 2014.

Esperamos um patamar muito baixo de despesas não recorrentes em 2014, e que serão primordialmente de consultoria em função da conclusão da integração de sistemas. Além disso, já concluímos o programa de fechamento de lojas em 2013, não teremos mais despesas com o subsídio do Farmácia Popular e não prevemos gastos adicionais com rescisões e compensações, que já foram provisionados no 4T13.

CICLO DE CAIXA

Encerramos 2013 com redução de ciclo de caixa de 1,8 dia em relação à 2012. Vale ressaltar que o retorno ao regime de substituição tributária ocorrido em dezembro gerou um aumento de 4,1 dias nos estoques em função da antecipação do recolhimento do ICMS, que passa a integrar o custo de aquisição das mercadorias. Em base comparável, não considerando o valor dos impostos, a redução do ciclo de caixa foi de 5,9 dias em relação a 2012 refletindo uma maior eficiência em nossa operação.



Esta melhoria de ciclo de caixa resultou de uma redução dos nossos dias de estoques de 1,5 dia incluindo a absorção do ICMS adicional e de 5,6 dias em base comparável, já refletindo positivamente as mudanças efetivadas na política de compras de medicamentos genéricos efetivadas entre o 2T13 e o 3T13.

Vale ressaltar que o prazo médio de pagamento a fornecedores, que ficara deprimido nos últimos dois trimestres na medida em que baixávamos os estoques e não gerávamos duplicatas a pagar, retornou ao patamar histórico conforme retomamos as compras em regime.

Finalmente, reduzimos em 1,1 dia os recebíveis, devido a um efeito calendário favorável.

FLUXO DE CAIXA

Relatório da Administração

Registramos um fluxo de caixa livre positivo de R\$ 45,3 milhões em 2013, uma melhoria significativa sobre o consumo de caixa de R\$ 180,7 milhões registrado em 2012. Nossa geração operacional de caixa (R\$ 282,1 milhões) financiou a totalidade dos investimentos (R\$ 236,8 milhões) realizados no período.

Fluxo de Caixa <i>(R\$ milhões)</i>	4T13	4T12	2013	2012
LAJIR Ajustado	54,2	49,9	198,3	201,5
Despesas Extraordinárias	(14,5)	(26,5)	(48,5)	(40,9)
Imposto de Renda (34%)	(13,5)	(8,0)	(50,9)	(54,6)
Benefício da Amort. do Ágio	2,6	-	22,3	-
Depreciação	42,4	33,2	158,7	124,3
Outros Ajustes	15,0	13,6	24,7	36,0
Recursos das Operações	86,2	62,3	304,6	266,4
Ciclo de Caixa*	14,2	(57,2)	(107,2)	(216,1)
Outros Ativos (Passivos)	31,9	35,6	84,7	27,0
Fluxo de Caixa Operacional	132,4	40,7	282,1	77,3
Investimentos	(61,5)	(113,0)	(236,8)	(258,0)
Fluxo de Caixa Livre	70,8	(72,3)	45,3	(180,7)
JSCP	(16,4)	(21,4)	(29,3)	(34,1)
Resultado Financeiro	(1,1)	(1,4)	(10,4)	(2,5)
IR (Benefício fiscal sobre result. fin. e JSCP)	5,1	0,5	16,8	14,5
Fluxo de Caixa Total	58,5	(94,6)	22,3	(202,9)

* Ciclo de Caixa inclui a variação de contas a receber, estoques e fornecedores

** Não inclui o fluxo de caixa de financiamentos

Geramos um fluxo de caixa livre positivo em R\$ 70,8 milhões no trimestre. Os recursos das operações representaram R\$ 86,2 milhões, correspondente a 5,0% da nossa receita bruta, enquanto o capital de giro empregado foi de R\$ 46,1 milhões. O fluxo de caixa operacional foi positivo em R\$ 132,4 milhões no período.

Os investimentos em ativos fixos totalizaram R\$ 236,8 milhões no ano, contra R\$ 258,0 milhões em 2012, incluindo R\$ 151,9 milhões em abertura de lojas, R\$ 7,0 milhões em troca de bandeiras de lojas, R\$ 36,8 milhões em reformas de lojas existentes e R\$ 41,1 milhões em infraestrutura.

Geramos um fluxo de caixa total, incluindo as despesas financeiras e o pagamento de juros sobre o capital próprio líquidos dos seus efeitos fiscais, de R\$ 22,3 milhões no ano (R\$ 58,5 milhões no 4T13), versus um consumo de caixa de R\$ 202,9 milhões verificado em 2012 (R\$ 94,6 milhões no 4T12).

Registramos R\$ 10,4 milhões de despesas financeiras líquidas (R\$ 1,1 milhão no trimestre) e desembolsamos R\$ 29,3 milhões de juros sobre capital próprio (R\$ 16,4 milhões no 4T13), que foram mitigados por sua dedutibilidade fiscal de R\$ 16,8 milhões no período (R\$ 5,1 milhões no 4T13). Provisamos no exercício R\$ 38,9 milhões de juros sobre capital próprio (R\$ 14,0 milhões no trimestre).

ENDIVIDAMENTO

Relatório da Administração

Registramos uma dívida líquida de R\$ 2,9 milhões ao final do exercício. Nosso endividamento bruto totaliza R\$ 244,8 milhões, composto integralmente por linhas de crédito do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Do nosso endividamento total, 65,7% é de longo prazo e 34,3% refere-se às parcelas de curto prazo de nossa dívida de longo prazo. Encerramos o trimestre com uma posição de caixa total (caixa e aplicações financeiras) de R\$ 241,9 milhões.

Em 15 de outubro, o BNDES nos concedeu uma nova linha de crédito de R\$ 706,0 milhões para financiar o programa de investimentos dos próximos cinco anos (2013-2017). Os recursos deverão ser repassados durante cada ano após a execução e comprovação dos investimentos. Entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014 foram liberados R\$106,9 milhões e esperamos a liberação de outros R\$ 14,0 milhões nos próximos meses. Para os anos de 2014 a 2017, estimamos um repasse médio anual de R\$ 140,0 milhões. Os valores reais podem variar, uma vez que dependem dos investimentos efetivamente realizados durante a vigência do contrato.

O custo da linha de crédito varia de acordo com o tipo de investimento, mas, em média, esperamos um custo semelhante ao do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

SUSTENTABILIDADE

Empregamos mais de 900 pessoas com deficiência através do programa de inclusão social Lado a Lado, sendo que a quase totalidade destes trabalha nas lojas, atendendo nossos clientes. Os programas sociais em vigor nas filiais Droga Raia e Drogasil arrecadaram cerca de R\$ 3,3 milhões destinados para programas sociais no ano de 2013.

Em 2013, a Droga Raia arrecadou mais de R\$ 1,7 milhão, destinados ao Instituto Ayrton Senna e ao GRAACC (Grupo de Apoio a Criança e ao Adolescente com Câncer) por meio da venda da revista Sorria. Desde o início do projeto em 2008, já arrecadamos mais de R\$ 12,2 milhões para o GRAACC, contribuindo para financiar um novo hospital dentro do seu complexo em São Paulo.

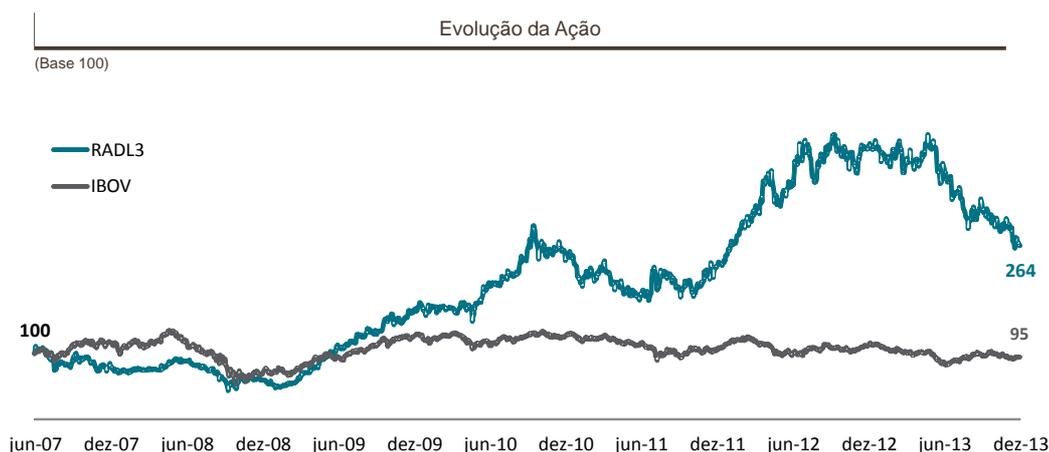
Em 2013, lançamos na Drogasil a revista social “Bem +”, alavancando o aprendizado com a revista “Sorria” e a nossa capacidade de mobilização de recursos para causas sociais. Já em seu primeiro ano, “Bem +” vendeu mais de 260 mil exemplares em 2013, arrecadando cerca de R\$ 0,9 milhão para a Obra do Berço, entidade que apoia famílias desassistidas. Também nas lojas Drogasil, o programa Troco Solidário arrecadou mais de R\$ 0,7 milhão no ano, oferecendo ao cliente a possibilidade de arredondar o saldo final da sua compra de forma a doar a diferença para a AACD (Associação de Assistência à Criança com Deficiência).

Por fim, descartamos com os devidos cuidados sanitários mais de 22 toneladas de medicamentos vencidos ou em desuso, que foram retornados por nossos clientes como parte de um programa voluntário e pioneiro em nosso setor. Estimamos que este volume de resíduos poderia ter contaminado até nove milhões de litros de água se descartados incorretamente. O Programa Descarte Consciente está presente em 231 lojas da Droga Raia, e já coletou mais de 44 toneladas de resíduos desde 2011.

MERCADO DE CAPITAIS

Considerando o preço de R\$ 14,78 em 31 de dezembro de 2013, apresentamos um retorno negativo de 35,9% no ano, 20,4 pontos percentuais abaixo do IBOVESPA, que registrou uma queda de 15,5% no mesmo período. Registramos em 2013, um volume médio diário de R\$ 22,9 milhões.

Relatório da Administração



Desde o IPO da Drogasil, registramos uma valorização acumulada de 163,9% em comparação à queda de 5,3% registrada pelo IBOVESPA, que equivaleu a uma taxa média de retorno anual de 14,2% no período.

Para os investidores que ingressaram no IPO da Raia, em dezembro de 2010, a valorização acumulada no período foi de 41,1% em comparação à queda de 24,2% registrada pelo IBOVESPA, equivalente a um retorno médio anual de 12,0% no período. Estes percentuais não refletem dividendos e juros sobre capital próprio pagos no período.

DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS (R\$ mil)

Atendendo às previsões legais e estatutárias, estamos propondo a seguinte destinação do saldo positivo em lucros acumulados no montante de R\$ 101.349:

*Reserva Estatutária	R\$ 62.449
*Juros s/capital próprio (R\$ 0,117741067 por ação)	R\$ 38.900

A proposta inclui também a imputação dos juros sobre o capital próprio, líquido do IRRF, ao dividendo obrigatório.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003 e ao Ofício Circular SNC/SEP nº 01/2007, a Companhia informa que, durante o ano de 2013, a Ernst&Young Auditores Independentes S/S, além dos serviços de auditoria externa relacionados às demonstrações financeiras do exercício de 2013, prestou os seguintes serviços:

Serviços de Revisão das Práticas Trabalhistas e Previdenciárias, no valor de R\$ 244,9 (22,1% do total pago ao serviço de auditoria externa), assinado em 2 de maio de 2013, com prazo de 3 meses.

Serviços de Revisão dos Arquivos de Tributos Indiretos - ICMS Portaria 17/99, no valor de R\$ 79,9 (7,2% do total pago ao serviço de auditoria externa), assinado em 4 de setembro de 2013, com prazo de 3 meses.

Os serviços acima mencionados totalizaram R\$ 324,8, ou 29,3% do total pago ao serviço de auditoria externo relacionado às demonstrações financeiras.

A Companhia informa que a sua política de contratação de prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Tais princípios se baseiam no fato de que o auditor independente não deve auditar seu próprio trabalho, não pode exercer funções gerenciais, não deve advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo desta forma a independência nos trabalhos realizados.

Relatório da Administração

A Ernst&Young Auditores Independentes S/S não tem conhecimento de qualquer relacionamento entre as partes que poderiam ser considerados como conflitantes em relação a sua independência.

Relatório da Administração

Demonstração do Resultado Ajustado	4T12	4T13	2012	2013
<i>(em milhares de R\$)</i>				
Receita bruta de vendas e serviços	1.479.979	1.738.649	5.593.836	6.464.103
Impostos e devoluções sobre vendas e serviços	(53.446)	(58.677)	(213.108)	(220.462)
Receita líquida de vendas e serviços	1.426.533	1.679.972	5.380.728	6.243.641
Custo das mercadorias vendidas	(1.025.955)	(1.215.560)	(3.886.470)	(4.511.345)
Lucro bruto	400.578	464.412	1.494.258	1.732.297
Despesas				
Com vendas	(272.853)	(320.641)	(1.001.103)	(1.199.257)
Gerais e administrativas	(44.631)	(47.164)	(167.310)	(176.005)
Outras despesas operacionais, líquidas				
Despesas operacionais	(317.484)	(367.805)	(1.168.413)	(1.375.262)
EBITDA	83.094	96.607	325.845	357.035
Depreciação e Amortização	(33.162)	(42.446)	(124.327)	(158.736)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	49.932	54.161	201.518	198.299
Despesas financeiras	(4.826)	(4.975)	(18.902)	(20.310)
Receitas financeiras	3.421	3.830	16.352	9.863
Despesas / Receitas Financeiras	(1.405)	(1.145)	(2.550)	(10.447)
Lucro antes do IR e da contribuição social	48.527	53.016	198.968	187.852
Imposto de renda e contribuição social	(13.743)	(4.949)	(51.207)	(12.042)
Lucro líquido do exercício	34.784	48.067	147.761	175.810

Relatório da Administração

Demonstração do Resultado	4T12	4T13	2012	2013
<i>(em milhares de R\$)</i>				
Receita bruta de vendas e serviços	1.479.979	1.738.649	5.593.835	6.464.103
Impostos e devoluções sobre vendas e serviços	(53.446)	(58.677)	(213.107)	(231.184)
Receita líquida de vendas e serviços	1.426.533	1.679.972	5.380.728	6.232.919
Custo das mercadorias vendidas	(1.025.955)	(1.215.560)	(3.888.079)	(4.512.743)
Lucro bruto	400.578	464.412	1.492.649	1.720.176
Despesas				
Com vendas	(275.705)	(320.641)	(1.002.330)	(1.188.077)
Gerais e administrativas	(47.146)	(47.164)	(171.450)	(176.463)
Outras despesas operacionais, líquidas	(21.090)	(14.470)	(33.918)	(47.066)
Despesas operacionais	(343.941)	(382.275)	(1.207.698)	(1.411.606)
EBITDA	56.637	82.137	284.951	308.570
Depreciação e Amortização	(33.162)	(42.446)	(124.327)	(158.736)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	23.475	39.691	160.624	149.834
Despesas financeiras	(4.826)	(4.975)	(18.902)	(20.310)
Receitas financeiras	3.421	3.830	16.352	9.863
Despesas / Receitas Financeiras	(1.405)	(1.145)	(2.550)	(10.447)
Lucro antes do IR e da contribuição social	22.070	38.546	158.074	139.387
Imposto de renda e contribuição social	(20.663)	(10.727)	(53.219)	(38.402)
Lucro líquido do exercício	1.407	27.818	104.855	100.985

Relatório da Administração

Ativo <i>(R\$ mil)</i>	2012	2013
Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	166.963	241.885
Clientes	335.771	373.260
Estoques	973.396	1.132.620
Tributos a Recuperar	96.316	38.658
Outras Contas a Receber	116.772	108.953
Despesas do Exercício Seguinte	4.646	8.200
	<u>1.693.864</u>	<u>1.903.574</u>
Não Circulante		
Depósitos Judiciais	11.010	10.763
Tributos a Recuperar	9.614	11.859
Outros Créditos	1.178	728
Imobilizado	454.322	536.629
Intangível	1.170.198	1.150.539
	<u>1.646.322</u>	<u>1.710.518</u>
ATIVO	<u>3.340.186</u>	<u>3.614.093</u>

Relatório da Administração

Passivo e Patrimônio Líquido	2012	2013
<i>(R\$ mil)</i>		
Circulante		
Fornecedores	575.587	671.455
Empréstimos e Financiamentos	60.712	83.944
Salários e Encargos Sociais	92.899	116.352
Impostos, Taxas e Contribuições	40.489	65.920
Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio	5.451	9.464
Provisão para Demandas Judiciais	4.129	4.912
Outras Contas a Pagar	84.009	67.956
	<u>863.276</u>	<u>1.020.003</u>
Não Circulante		
Empréstimos e Financiamentos	131.460	160.881
Provisão para Demandas Judiciais	9.721	8.021
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	64.021	93.980
Outras Obrigações	7.049	4.224
	<u>212.251</u>	<u>267.107</u>
Patrimônio Líquido		
Capital Social	908.639	908.639
Reservas de Capital	1.039.935	1.039.935
Reserva de Reavaliação	13.127	12.941
Reservas de Lucros	294.721	357.169
Dividendo Adicional Proposto	8.237	8.298
	<u>2.264.659</u>	<u>2.326.983</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>3.340.186</u>	<u>3.614.093</u>

Relatório da Administração

	<u>4T12</u>	<u>4T13</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>
Demonstrações dos Fluxos de Caixa				
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	22.070	38.546	158.074	139.387
Ajustes				
Depreciações e amortizações	33.162	42.446	124.327	158.736
Resultado na venda ou baixa do ativo imobilizado e intangível	5.203	5.227	6.896	9.888
Provisão (reversão) para demandas judiciais	6.575	524	7.738	2.856
Provisão para perdas no estoque	2.681	5.854	5.909	15.267
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	3.713	200	5.614	(1.039)
Despesas de juros	4.314	4.383	16.164	17.326
	77.718	97.180	324.722	342.421
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	(19.527)	(21.396)	(90.974)	(28.592)
Estoques	(146.672)	(189.940)	(164.330)	(174.492)
Outros ativos circulantes	(26.997)	24.868	5.014	60.648
Ativos no realizável a longo prazo	67.469	(10.960)	36.745	(2.868)
Fornecedores	108.951	225.556	39.220	95.868
Salários e encargos sociais	(27.689)	(22.907)	439	23.455
Impostos, taxas e contribuições	(8.135)	31.306	(21.855)	25.898
Outras Obrigações	29.917	6.758	3.699	(28.695)
Aluguéis a pagar	1.083	2.861	2.934	6.273
Caixa proveniente das operações	56.118	143.326	135.614	319.916
Imposto de renda e contribuição social pagos	(12.034)	(2.544)	(30.280)	(14.173)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	44.084	140.782	105.334	305.743
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizado e intangível	(113.360)	(61.559)	(259.639)	(238.207)
Recebimentos por vendas de imobilizados	313	14	1.680	1.397
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(113.047)	(61.545)	(257.959)	(236.810)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Financiamentos tomados	62.184	80.278	108.746	106.399
Pagamentos de financiamentos	(19.877)	(19.620)	(81.829)	(60.420)
Juros pagos	(3.423)	(4.026)	(13.219)	(10.651)
Juros sobre capital próprio e dividendo pagos	(21.362)	(16.351)	(34.081)	(29.339)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	17.522	40.281	(20.383)	5.989
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(51.441)	119.518	(173.008)	74.922
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	218.404	122.367	339.971	166.963
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	166.963	241.885	166.963	241.885

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Raia Drogasil S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo no segmento do Novo Mercado, sediada na capital de São Paulo.

A Companhia tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos. As vendas são realizadas por meio de 967 lojas, distribuídas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Paraná, Distrito Federal, Santa Catarina, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso, conforme segue:

	2013
São Paulo	567
Minas Gerais	76
Rio de Janeiro	72
Goiás	62
Paraná	50
Distrito Federal	44
Santa Catarina	24
Espírito Santo	21
Rio Grande do Sul	19
Bahia	16
Mato Grosso do Sul	10
Mato Grosso	6
	<u>967 (*)</u>

(*) A quantidade de lojas não faz parte do escopo de auditoria.

Incorporação da controlada Raia S.A.

Em 30 de novembro de 2012, a Raia Drogasil S.A. incorporou sua controlada Raia S.A. em função de ambas as empresas possuírem similaridade em suas atividades, a incorporação do acervo líquido contábil da Controlada resultou em otimização dos processos e maximização dos resultados, concentrando em uma única estrutura organizacional todas as atividades comerciais, operacionais e administrativas de ambas as empresas. A incorporação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2012.

Notas Explicativas

O acervo líquido de R\$ 614.544 incorporado, relativos aos ativos e passivos, assim representados:

Saldos	<u>30/11/2012</u>
Ativos circulantes	
Caixa e equivalentes de caixa	70.478
Clientes	148.571
Tributos a recuperar	16.490
Estoques	468.378
Despesas do exercício seguinte	4.518
Outras contas a receber	69.538
	<u>777.973</u>
Ativos não circulantes	
Depósitos judiciais	5.585
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.435
Tributos a recuperar	3.323
	<u>30.343</u>
Imobilizado	208.637
Intangível	46.193
	<u>254.830</u>
Total do ativo	<u>1.063.146</u>
Passivos circulantes	
Fornecedores	(274.895)
Empréstimos e financiamentos	(23.157)
Salários e encargos sociais	(73.784)
Impostos, taxas e contribuições	(13.675)
Provisão para demandas judiciais	(1.690)
Outras contas a pagar	(25.343)
	<u>(412.544)</u>
Passivos não circulantes	
Empréstimos e financiamentos	(27.647)
Provisão para demandas judiciais	(4.376)
Outras obrigações	(4.035)
	<u>(36.058)</u>
Total do passivo	<u>(448.602)</u>
Acervo Líquido	<u>614.544</u>
Acervo Líquido incorporado	<u>(614.544)</u>
Total	<u>0</u>

O ágio oriundo da aquisição da Raia S.A. no montante de R\$ 780.084 e os respectivos valores justos remanescentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos calculados no momento da combinação de negócios, anteriormente registrados na rubrica de Investimentos nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, foram reclassificados para a rubrica de Ativo Intangível (nota 9-b) na demonstração financeira da Controladora Raia Drogasil S.A., no momento da incorporação de sua Controlada Raia S.A., ou seja, em 30 de novembro de 2012.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 17 de março de 2014.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais “R\$”, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da CVM e os CPC(s) e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standard – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board (“IASB”)*.

Considerando a relevância do acervo incorporado em 30 de novembro de 2012 da controlada Raia S.A. (mais detalhes encontram-se divulgados na Nota 1) e prezando pela correta e completa compreensão das demonstrações financeiras, a Companhia decidiu apresentar nestas demonstrações financeiras, baseado no seu entendimento das normas contábeis, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, consolidados relativo ao período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas notas explicativas, quando aplicável.

Até 30 de novembro de 2012 as demonstrações financeiras individuais da Companhia apresentavam a avaliação dos investimentos em Controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, estas demonstrações financeiras individuais não estavam em conformidade com o IFRS, que exige a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

As demonstrações financeiras incluem estimativas referentes à provisão para perdas nos estoques, provisões para créditos de liquidação duvidosa, valorização de instrumentos financeiros, prazos de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para demandas judiciais, determinação de provisões para tributos e outras similares.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

Notas Explicativas

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

(a) As alterações da norma existente a seguir, aplicável à Companhia, foi editada e estava em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não produziu impacto relevante sobre as informações trimestrais e/ou demonstrações financeiras da Companhia:

Pronunciamento ou interpretação	Principais exigências	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IFRS 13 (CPC 46)	Mensurações do Valor Justo	1º de janeiro de 2013

(b) A seguir apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2014:

(i) IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32: essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. A Companhia não espera que essas revisões produzam impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

(ii) Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27): fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidade de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. Esses pronunciamentos não são aplicáveis para à Companhia.

(iii) IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão da IAS 39: essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Conforme divulgado na Nota 22, a Companhia não tem como política operar com instrumentos financeiros derivativos. Dessa forma, essa revisão não produzirá efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia.

(c) A seguir apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2015:

(i) IFRS 9 Instrumentos Financeiros - reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros, conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A Companhia não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

(ii) IFRIC 21 – Tributos- clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas IFRS que ainda não entraram em vigor e poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Notas Explicativas

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Demonstrações consolidadas

As demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixas e do valor adicionado incluem as informações financeiras da Companhia e de sua controlada direta Raia S.A. até a data de incorporação da controlada e foram elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis.

Conforme anteriormente mencionado na Nota 2, em decorrência da incorporação integral da controlada direta Raia S.A. pela Companhia ocorrida em 30 de novembro de 2012, a apresentação do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 passou a não ser aplicável. As demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, contemplam 12 meses de resultado das operações da Controladora Raia Drogasil S.A. e 1 mês de resultado das operações da Controlada Raia S.A..

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

(c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas categorias de mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos mantidos até o vencimento e recebíveis. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

(1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

Notas Explicativas

(2) Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(3) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não-derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses, após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e as demais contas a receber.

(ii) Passivos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros na categoria de outros passivos financeiros. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os passivos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de empréstimos e financiamentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(iii) Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo mediante técnicas de avaliação, a qual considera como referência o uso de operações recentes contratadas com terceiros. Na data do balanço, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("*impairment*").

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Notas Explicativas

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

(d) Contas a receber

As contas a receber ("Clientes") são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

(e) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de venda e a provisão para perdas com mercadorias.

Os descontos provenientes de acordos comerciais recebidos como redução no preço de compra dos estoques, são levados em consideração na mensuração do custo dos estoques, exceto aqueles que especificamente são recebidos como recuperação de despesas com vendas. Nesse sentido os valores recebidos como parte de acordos que visam reduzir o preço de compra dos estoques são apresentados como redutores do grupo de estoques e como redutores do custo das mercadorias vendidas quando da realização (venda) dos itens de estoques.

(f) Impostos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação do imposto de renda e da contribuição social que são 25% para imposto de renda e 9% para a contribuição social.

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base no histórico de resultados e em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado se não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

(g) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia. Os depósitos judiciais são corrigidos monetariamente.

(h) Imobilizado

São apresentados ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 9-a. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Terrenos e edifícios compreendem o escritório central, centro de distribuição e algumas lojas próprias e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição acrescido de reavaliação ocorrida em outubro de 1987, com base em laudos de avaliação emitidos por peritos avaliadores independentes. O aumento no valor contábil resultante da reavaliação dos terrenos e edifícios foi contabilizado a crédito de reserva específica no patrimônio líquido, líquida do imposto de renda e da contribuição social diferidas.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são inclusos no resultado do exercício em que o ativo for baixado. Quando os ativos reavaliados forem destinados à venda, os valores incluídos na reserva de reavaliação, quando da alienação, serão contabilizados em lucros acumulados.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

(i) Intangíveis

(1) Ágio na aquisição de empresa

O ágio apurado na aquisição do investimento na Drogaria Vison é anterior a 2009 e foi calculado como a diferença entre o valor da compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Até dezembro de 2008, o ágio era amortizado pelo prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, não superior a dez anos. A partir de janeiro de 2009, o ágio não foi mais amortizado e passou a ser testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa.

(2) Ponto comercial

Compreende cessão de ponto comercial adquirido na contratação de locação de loja, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 9-b, as quais levam em consideração os prazos dos contratos de locação, todos inferiores a quinze anos.

(3) Licenças de uso ou desenvolvimento de sistemas de informática

Licenças de programas de computador são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 9-b.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares

Notas Explicativas

identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 9-b.

Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

O período de amortização e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício financeiro.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando estas ocorrem, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

(j) Redução do valor recuperável de ativos ("*impairment*")

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis de vida útil definida são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Já os ativos intangíveis de vida útil indeterminada, como ágio, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrência, as perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesas consistentes com a função do ativo afetado.

Para fins de avaliação do "*impairment*", os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC).

(k) Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para estes arrendamentos são reconhecidos como despesa durante o período do arrendamento, observando-se o regime de competência. A Companhia não possui contratos de arrendamento classificados como financeiros.

(l) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

(m) Benefícios a funcionários

Os valores correspondentes aos benefícios a funcionários decorrentes do programa de participação nos resultados e gratificações são reconhecidos em conta passiva de salários e encargos sociais. Para ambos existe plano formal e os valores a serem pagos podem ser estimados razoavelmente, antes da

Notas Explicativas

época da elaboração das informações, e são liquidados no curto prazo. A Companhia não possui planos de benefícios dos tipos: Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e/ou previdência do tipo benefício definido.

(n) Programa de fidelidade

A Companhia mantém um programa “Muito Mais Raia” de pontos por fidelidade dos clientes que permite a eles acumular créditos os quais podem ser utilizados pelos participantes para utilização em futuras compras de produtos.

As obrigações assumidas decorrentes do programa são registradas como receitas diferidas no passivo, e reconhecidas ao seu valor justo, que representa o preço estimado que a Companhia pagaria a um terceiro para assumir a obrigação dos créditos a serem utilizados em compras futuras.

As receitas diferidas são realizadas no resultado quando os créditos são utilizados pelos clientes. Os créditos não resgatados dentro do período do programa (cinco meses após o mês do acúmulo dos créditos) são baixados a resultado pela extinção da obrigação. A Companhia calcula a estimativa de utilização dos créditos com base em dados históricos.

(o) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76.

A reserva estatutária está prevista no Estatuto Social com limite de 65% do lucro líquido do exercício, com a finalidade e objetivo de reforçar o capital de giro da Companhia.

(p) Dividendo

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da legislação societária.

Os dividendos superiores a esse limite são contabilizados em conta específica no patrimônio líquido denominada “Dividendo adicional proposto”, permanecendo assim até a deliberação na Assembleia Geral dos Acionistas.

Os valores oriundos da realização da reserva de reavaliação são base para determinação do dividendo mínimo obrigatório.

(q) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos ou provisionados, são contabilizados na rubrica “Despesas financeiras”, conforme determina a legislação fiscal. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são reclassificados da conta “Despesas financeiras” tendo como contrapartida a conta “Lucros acumulados”.

(r) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser medida de forma confiável. A receita é medida com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos incondicionais, abatimentos, impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

Notas Explicativas

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de prestação de serviços é reconhecida na entrega dos serviços prestados.

(s) Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado. A Administração efetuou análise dos valores de ativo e passivo, não tendo identificado saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente seja aplicável e relevante para efeito das demonstrações financeiras.

(t) Informações por segmento

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

(u) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os efeitos dessas revisões são reconhecidos no período em que ocorreu a revisão e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são apresentadas a seguir:

(1) Impostos

As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios ou com base em expectativas da obtenção de condições, como regimes especiais, que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

(2) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esse método se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

(3) Redução ao valor recuperável (“*Impairment*”)

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 9-e.

(4) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 11. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

(v) Demonstrações do valor adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

(w) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações do fluxo de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração do Fluxo de Caixa, emitido pelo CPC.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e bancos	37.875	43.399
Certificado de depósitos bancários	64.181	7.766
Debêntures compromissadas	109.100	87.432
Depósito a prazo com garantia especial do FGC (Fundo Garantidor de Créditos)	<u>30.729</u>	<u>28.366</u>
	<u>241.885</u>	<u>166.963</u>

As aplicações em CDB - Certificado de Depósito Bancário, debêntures compromissadas e DPGE - Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC - Fundo Garantidor de Créditos estão classificadas como “instrumentos financeiros mantidos para negociação” e são atualizadas por percentuais da variação do CDI, que reflete o valor de realização.

Notas Explicativas**6. Clientes**

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
A vencer	365.350	325.694
Vencidas entre:		
1 e 30 dias	7.570	9.075
31 e 60 dias	340	798
61 e 90 dias	347	291
91 e 180 dias	577	624
181 e 360 dias	160	
Há mais de 360 dias	95	27
Provisão para créditos liquidação duvidosa	<u>(1.180)</u>	<u>(738)</u>
	<u>373.259</u>	<u>335.771</u>

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de aproximadamente 40 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações da Companhia por esse motivo, não foram identificados saldos e transações para os quais o efeito do ajuste a valor presente fosse relevante.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo inicial	(738)	(650)
Adições	(3.175)	(778)
Adições por meio de incorporação da Raia S.A.		(57)
Reversões	2.733	747
Saldo final	<u>(1.180)</u>	<u>(738)</u>

As contas a receber são classificadas na categoria de ativos financeiros "Recebíveis" e, portanto, mensuradas de acordo com o descrito na Nota 4c-i-3.

Notas Explicativas**7. Estoques**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Mercadorias de revenda	1.150.176	974.455
Materiais	8.624	9.854
Provisão para perdas nos estoques	<u>(26.180)</u>	<u>(10.913)</u>
Total dos estoques	<u>1.132.620</u>	<u>973.396</u>

Os estoques da Companhia estão apresentados pelo valor de custo.

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo inicial	(10.913)	(2.456)
Adições	(26.938)	(1.622)
Adições por meio de incorporação da Raia S.A.		(8.225)
Reversões	<u>11.670</u>	<u>1.390</u>
Saldo final	<u>(26.180)</u>	<u>(10.913)</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o custo das mercadorias vendidas reconhecidas no resultado em relação às operações continuadas foi de R\$ 4.437.769 (R\$2.115.029 e no consolidado R\$ 3.863.361 - 2012).

O valor das baixas de estoques de mercadorias reconhecidas como perdas no exercício totalizaram R\$ 74.973 (R\$ 17.056 e no consolidado R\$ 24.718 - 2012), reconhecido em custo das mercadorias vendidas.

O efeito da constituição, reversão ou baixa da provisão para perdas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, sob a rubrica de "custo das mercadorias vendidas".

Notas Explicativas**8. Tributos a recuperar**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Circulante		
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias - saldo credor	8.322	70.974
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias - ST		8.147
ICMS - Ressarcimento de ICMS retido antecipadamente (Portaria CAT 17/99)	22.234	10.889
ICMS - Sobre aquisições do ativo imobilizado	3.725	3.149
ICMS - Outros	205	502
PIS - Programa de integração social	1	5
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	2	24
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	3.642	2.463
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica		40
CSLL - Contribuição social sobre lucro líquido	527	56
INSS - Instituto nacional da seguridade social		67
	<u>38.658</u>	<u>96.316</u>
Não circulante		
ICMS - Sobre aquisições do ativo imobilizado	11.298	9.053
FINSOCIAL - Fundo de investimento social - 1982 - precatório	561	561
	<u>11.859</u>	<u>9.614</u>
Total	<u><u>50.517</u></u>	<u><u>105.930</u></u>

Os créditos de ICMS de R\$ 8.322 e R\$ 22.234 (R\$ 70.974 e R\$ 10.889 - Dez/2012) são oriundos de diferenciais de alíquotas de ICMS e ressarcimento do ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelos seus Centros de Distribuição no Estado de São Paulo e Paraná, por ocasião do abastecimento de suas filiais localizadas em outros Estados da Federação.

A Companhia analisou a utilização dos créditos de ICMS e concluiu que os saldos credores serão consumidos no curto prazo.

Notas Explicativas

9. Imobilizado e intangível

a) Imobilizado

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado da Companhia:

Custo	Terrenos	Edificações	Móveis, utensílios e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Benefícios em imóveis de terceiros	Reformas e modernizações de lojas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2012	24.637	32.662	64.910	33.321	10.596	100.767	10.174	277.067
Adições por meio de incorporação	3.088	729	127.238	48.794	7.890	234.891		422.630
Adições		8.228	29.218	26.975	2.566	47.958	2.487	117.432
Alienações		(4)	(1.901)	(8.173)	(28)	(14.919)	(976)	(26.001)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	27.725	41.615	219.465	100.917	21.024	368.697	11.685	791.128
Adições		438	48.684	22.560	2.285	120.172	1.107	195.246
Alienações			(3.913)	(732)	(2.109)	(107.695)	(1.813)	(116.262)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	27.725	42.053	264.236	122.745	21.200	381.174	10.979	870.112
Depreciação acumulada								
Taxas anuais médias de depreciação (%)		2,5 - 2,7	7,4 - 10	7,1 - 15,8	20 - 23,7	17 - 21,6	20	
Saldo em 1º de janeiro de 2012		(14.374)	(19.806)	(17.857)	(4.991)	(40.261)	(4.652)	(101.941)
Adições por meio de incorporação		(191)	(57.571)	(28.886)	(2.256)	(125.089)		(213.993)
Adições		(921)	(7.804)	(5.207)	(2.550)	(24.867)	(2.190)	(43.539)
Alienações			1.096	6.452	5	14.138	976	22.667
Saldo em 31 de dezembro de 2012		(15.486)	(84.085)	(45.498)	(9.792)	(176.079)	(5.866)	(336.806)
Adições		(1.110)	(21.307)	(12.135)	(4.083)	(62.978)	(2.254)	(103.867)
Alienações			2.030	598	1.997	100.761	1.804	107.190
Saldo em 31 de dezembro de 2013		(16.596)	(103.362)	(57.035)	(11.878)	(138.296)	(6.316)	(333.483)
Saldo líquido								
Em 31 de dezembro de 2012	27.725	26.129	135.380	55.419	11.232	192.618	5.819	454.322
Em 31 de dezembro de 2013	27.725	25.457	160.874	65.710	9.322	242.878	4.663	536.629

Notas Explicativas

b) Intangível

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo intangível da Companhia:

	Ponto comercial	Licença de uso de software e implantação de sistemas	Ágio na aquisição de empresa (Vison)	Ágio na aquisição de empresa (Raia S.A.)	Marcas	Carteira de clientes	Outros ativos intangíveis	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2012	59.290	7.341	22.275		151.700	41.700	3.103	88.906
Adições por meio de incorporação	97.640	43.033		780.084				1.117.260
Adições	65.616	4.802					35	70.453
Alienações	(7.265)	(616)						(7.881)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	215.281	54.560	22.275	780.084	151.700	41.700	3.138	1.268.738
Adições	31.142	10.427					1.427	42.996
Alienações	(16.216)	(2)					(125)	(16.343)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	230.207	64.985	22.275	780.084	151.700	41.700	4.440	1.295.391
Amortização acumulada								
Taxas anuais médias de amortização (%)	17 - 23,4	20	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	6,7 - 25	20	
Saldo em 1º de janeiro de 2012	(22.845)	(6.116)	(2.387)					(31.348)
Adições por meio de incorporação	(27.859)	(20.388)				(9.923)	(607)	(58.777)
Adições	(13.383)	(1.376)				(764)	(10)	(15.533)
Alienações	7.118							7.118
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(56.969)	(27.880)	(2.387)			(10.687)	(617)	(98.540)
Adições	(37.308)	(8.286)				(9.160)	(115)	(54.869)
Alienações	8.544	2					11	8.557
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(85.733)	(36.164)	(2.387)			(19.847)	(721)	(144.852)
Saldo líquido								
Em 31 de dezembro de 2012	158.312	26.680	19.888	780.084	151.700	31.013	2.521	1.170.198
Em 31 de dezembro de 2013	144.474	28.821	19.888	780.084	151.700	21.853	3.719	1.150.539

Notas Explicativas

c) **Ágio na aquisição da Drogaria Vison Ltda**

O ágio no montante de R\$ 19.888 é referente à aquisição da empresa Drogaria Vison Ltda. em 13 de fevereiro de 2008 e incorporada às operações da Companhia a partir de 30 de junho de 2008.

O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e com retorno estimado em sete anos, conforme avaliação elaborada por perito independente e foi amortizado no período de abril a dezembro de 2008. Conforme previsto no OCPC 02, a partir de 2009, o ágio passou a não ser mais amortizado e, desde então, está sendo testado anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo ("*impairment*").

d) **Ágio na aquisição da Raia S.A.**

A Companhia apurou ágio no montante de R\$ 780.084 na combinação de negócios com a Raia S.A. o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos, com retorno esperado de cinco anos e meio. Conforme previsto no OCPC 02, a partir de 2009, o ágio não será amortizado contabilmente e, desde então, está sendo testado anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo ("*impairment*").

e) **Teste de perda por desvalorização do ágio e intangíveis com vida útil indefinida ("*impairment*")**

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2013 a recuperação do valor contábil do ágio originado pelas aquisições da Drogaria Vison e Raia S.A., ambas adquiridas por meio de combinações de negócios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que deram origem aos respectivos ágios.

O valor recuperável das vendas efetuadas pelas unidades geradoras de caixa cuja aquisição originaram os ágios foram determinados por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, após os impostos, aplicada às projeções de fluxo de caixa é de 12,91% (13,35% - 2012).

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis ("*impairment*").

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas e despesas

Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas; e

Despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes dos contratos.

Notas Explicativas

Margens brutas

As margens brutas são baseadas nos valores do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições do mercado. Essas margens são aumentadas nos períodos em que os reajustes dos preços dos medicamentos as afetam em razão dos estoques preexistentes.

Taxas de descontos

A taxa de desconto reflete a atual avaliação de mercado, referente aos riscos relacionados à gestão dos recursos gerados pelas respectivas unidades geradoras de caixa.

Reajuste de preços de medicamentos

As estimativas são obtidas com base nos reajustes históricos e nas expectativas do mercado farmacêutico.

Estimativas de taxas de crescimento

São determinadas com base nos índices de mercado, no histórico de desempenho das unidades geradoras de caixa e nas expectativas futuras de performance avaliadas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

10. Empréstimos e financiamentos

Financiamento para aquisição de	Taxa média anual de juros de longo prazo	2013	2012
BNDES - FINAME			
Máquinas, equipamentos e veículos	TJLP + 3,62% (+ 3,62% - Dez/2012) a.a.		79
Empreendimentos	TJLP + 3,70% (+ 3,80% - Dez/2012) a.a.	266	1.864
BNDES - FINEM			
Empreendimentos	TJLP + 2,76% (+ 2,70% - Dez/2012) a.a.	16.298	34.572
Empreendimentos	IPCA + 7,51% + 1,46% (+ 7,50% + 1,51% - Dez/2012) a.a.	17.734	24.939
Máquinas e equipamentos	TJLP + 2,07% (+ 1,91% - Dez/2012) a.a.	816	2.072
Máquinas e equipamentos	IPCA + 7,44% + 2,30% (+ 7,44% + 2,30% - Dez/2012) a.a.		2.063
BNDES - Subcrédito			
Empreendimentos	TJLP + 3,04% (+ 3,40% - Dez/2012) a.a.	106.168	62.857
Empreendimentos	SELIC + 2,37% (+ 2,36% - Dez/2012) a.a.	33.552	16.938
Máquinas, equipamentos e veículos	Pré fixado 3,18% (3,84% - Dez/2012) a.a.	11.568	9.184
Máquinas, equipamentos e veículos	TJLP + 1,79% (+ 1,79% - Dez/2012) a.a.	2.524	3.390
Capital de giro	TJLP + 4,15% (+ 4,15% - Dez/2012) a.a.	4.017	6.312
Capital de giro	SELIC + 3,07% (+ 3,06% - Dez/2012) a.a.	51.882	27.902
		<u>244.825</u>	<u>192.172</u>
Passivo circulante		<u>(83.944)</u>	<u>(60.712)</u>
Passivo não circulante		<u>160.881</u>	<u>131.460</u>

Nas operações de FINAME foram oferecidos como garantia os próprios bens financiados, enquanto parte das operações de FINEM tiveram como garantia fianças bancárias.

Os financiamentos junto ao BNDES têm como finalidade a expansão de lojas, aquisição de máquinas/equipamentos, veículos e financiar o capital de giro.

Os contratos permitem, a qualquer tempo, substituir a fiança bancária por outra fiança de instituição de primeira linha.

A Companhia tem parte dos financiamentos junto ao BNDES substancialmente contratados na modalidade de subcréditos, totalizando R\$ 214.206 (R\$ 139.161 - Dez/2012) condicionados ao cumprimento de duas cláusulas restritivas (“covenants”):

- (i) Margem EBITDA ajustado (EBITDA ajustado/Receita operacional líquida): igual ou superior a 3,6%; e
- (ii) Dívida total líquida/Ativo total: igual ou inferior a 20%.

A mensuração dos “covenants” é anual e, em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, não houve descumprimento às referidas exigências.

Caso essas exigências não fossem cumpridas, a Companhia daria ao BNDES fiança bancária para garantir o cumprimento do contrato.

A Companhia não possui contratos condicionados ao cumprimento de “covenants” não financeiros.

Notas Explicativas

Os montantes a longo prazo têm o seguinte fluxo de pagamento:

	<u>2013</u>
2015	14.410
2016	74.075
2017	40.779
2018	25.958
2019	<u>5.659</u>
	<u>160.881</u>

11. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais relacionados às demandas judiciais:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Trabalhistas e previdenciárias	12.668	9.729
Tributárias	457	454
Cíveis	<u>4.801</u>	<u>4.887</u>
	17.926	15.070
Depósitos judiciais correspondentes	<u>(4.993)</u>	<u>(1.220)</u>
Total	<u>12.933</u>	<u>13.850</u>
Passivo circulante	(4.912)	(4.129)
Passivo não circulante	8.021	9.721

A movimentação da provisão está demonstrada, conforme segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo inicial	<u>13.850</u>	<u>2.106</u>
Adições por meio de incorporação da Raia S.A.		6.066
Adições	8.681	4.719
Baixas	(4.650)	(1.807)
Reavaliação dos valores	(4.295)	(589)
Atualizações monetárias	3.120	3.053
Depósitos para defesas e recursos judiciais	<u>(3.773)</u>	<u>302</u>
Saldo final	<u>12.933</u>	<u>13.850</u>

Notas Explicativas

A provisão para demandas judiciais levou em consideração a melhor estimativa de valores, para os casos em que os advogados externos e internos entendem que são prováveis as expectativas de perdas, estando parcela de alguns dos pleitos garantida por depósitos em juízo ou bens dados em penhora (Nota 19).

Perdas possíveis

A Companhia, em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis no montante de R\$ 41.417 (R\$ 25.074 - Dez/2012).

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava os seguintes valores de depósitos judiciais para os quais não haviam provisões correspondentes:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Trabalhistas e previdenciárias	3.005	3.728
Tributárias	7.135	6.637
Cíveis	<u>623</u>	<u>645</u>
Total	<u>10.763</u>	<u>11.010</u>

Contingências trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-funcionários questionando o recebimento de horas extras e verbas rescisórias não pagas. A Companhia possui ainda ações oriundas da Raia. S.A. movidas por ex-funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reivindicando vínculo empregatício diretamente com a Companhia ou a condenação subsidiária desta no pagamento dos direitos trabalhistas reclamados. Existem ainda, ações movidas por sindicatos de classe reivindicando contribuições sindicais em razão da discussão da legitimidade da base territorial.

Contingências tributárias

Representadas por multas administrativas, diferença de alíquota em transferências interestaduais e execuções fiscais.

Contingências cíveis

A Companhia figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo, como pedidos de indenização por protesto indevido de títulos e de relações de consumo.

Notas Explicativas

12. Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social efetivos

O imposto de renda e contribuição social efetivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, referem-se a:

	Raia Drogasil S.A.		Consolidado
	2013	2012	2012
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	139.387	140.837	158.074
Juros sobre o capital próprio	(38.900)	(40.000)	(40.000)
Lucro tributável	100.487	100.837	118.074
Alíquota composta (imposto de renda - 25% e contribuição social - 9%)	34	34	34
Despesa teórica	(34.166)	(34.285)	(40.145)
Adições permanentes	(2.107)	(1.055)	(1.108)
Equivalência patrimonial		(2.182)	
Redução do imposto por incentivos	203	1.540	1.669
Perda do benefício de prejuízo fiscal por incorporação			(13.230)
Processo de destruição de mercadorias	(2.172)		
Outros	(160)		(405)
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	(38.402)	(35.982)	(53.219)
Alíquota efetiva (%)	27,6	25,5	33,7

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo no montante de R\$ 38.314 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 29.970 - Dez/2012), são decorrentes de despesas não dedutíveis temporariamente para os quais não há prazo para prescrição, com realização prevista, conforme divulgado abaixo no item (c).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivo no montante de R\$ 132.294 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 93.991 - Dez/2012), estão representados pelos encargos tributários incidentes sobre os saldos remanescentes: (i) da reserva de reavaliação; (ii) do ágio sobre a rentabilidade futura.

Notas Explicativas

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 referem-se a:

	Balço patrimonial		Raia Drogasil S.A.		Consolidado
			Resultado		Resultado
	2013	2012	2013	2012	2012
Reavaliações a valor justo de terrenos e edificações	(7.449)	(7.545)			
Amortização do ágio sobre a rentabilidade futura	(51.842)	(7.953)	(43.889)	(4.662)	(4.662)
Mais-valia de intangíveis - incorporação da Raia S.A.	(73.003)	(78.493)	5.490	457	6.037
Outros	(1.969)	(1.765)	(204)	(32)	(32)
Provisão para demandas judiciais	6.095	5.055	1.040	1.760	2.560
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.590	1.572	18	220	1.132
Provisão para gratificações por liberalidade		2.506	(2.506)	(814)	1.588
Provisão para gratificações da diretoria	1.636	376	1.260	(335)	(335)
Provisão para campanhas internas	523		523	(401)	(401)
Provisão para obsolescência no estoque	8.900	3.710	5.190	78	2.009
Provisão para programa de participação no resultado	2.955	1.795	1.160	605	605
Ágio sobre rentabilidade Drogaria Vison	365	366	(1)		
Obrigações provisionadas diversas	5.191	2.080	3.111	1.660	1.660
Prejuízo fiscal a compensar com lucros tributáveis futuros	5.934		5.934		(16.108)
Provisão para despesas extraordinárias	101	1.688	(1.587)	(195)	331
Provisão para perda em empréstimo funcionários					(1.199)
Benefício fiscal do ágio decorrente de incorporação	6.993	12.587	(5.594)	(465)	(5.593)
Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social diferidos			(30.055)	(2.124)	(12.408)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	(93.980)	(64.021)			
Reconciliação do ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	2013	2012			
Saldo inicial	(64.021)	(4.484)			
Adições por meio da incorporação da Raia S.A.		(57.515)			
Receita tributável reconhecida no resultado	(30.055)	(2.124)			
Realização de imposto diferido reconhecida no patrimônio líquido	96	102			
Saldo final	(93.980)	(64.021)			

Notas Explicativas

(c) Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social

As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a *performance* da Companhia, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os resultados reais podem divergir das estimativas adotadas. De acordo com essas projeções, o crédito tributário no montante de R\$ 38.314, será realizado substancialmente até o final do exercício de 2014.

(d) Instrução Normativa da RFB 1.397 de 12 de novembro de 2013 (Medida Provisória 627)

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa da RFB 1.397(IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627,destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

Notas Explicativas

13. Lucro por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Raia Drogasil S.A.		Consolidado
	2013	2012	2012
Básico			
Lucro líquido	100.985	104.855	104.855
Média ponderada do número de ações ordinárias	330.386	330.386	330.386
Lucro por ação em R\$ - básico	0,30566	0,31737	0,31737
Diluído			
Lucro líquido	100.985	104.855	104.855
Média ponderada do número de ações ordinárias	330.386	330.386	330.386
Média ponderada do número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	330.386	330.386	330.386
Lucro por ação em R\$ - diluído	0,30566	0,31737	0,31737

Não foram identificados efeitos dilutivos a serem considerados no resultado do exercício de 2013 e 2012, sendo iguais os lucros de ações básico e diluído.

14. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social, totalmente integralizado no valor de R\$ 908.639, representado por 330.386.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais a quantidade de ações em circulação era de 192.804.770 unidades (184.715.125 unidades em 31 de dezembro de 2012).

O estatuto social da Companhia autoriza, mediante deliberação do Conselho de Administração, o aumento do capital social até o limite de 400.000.000 ações ordinárias.

A movimentação no número de ações em circulação da Companhia está demonstrada a seguir:

	Ações em circulação
Posição em 31 de dezembro de 2012	184.715.125
Vendas de ações vinculadas	8.089.645
Posição em 31 de dezembro de 2013	192.804.770

Em 31 de dezembro de 2013, as ações ordinárias da Companhia estavam cotadas em R\$ 14,78 (fechamento do dia).

Notas Explicativas**(b) Remuneração aos acionistas**

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado. O cálculo do dividendo proposto, incluindo a parcela atribuída como juros sobre o capital próprio, está demonstrado a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício	100.985	104.855
Realização da reserva de reavaliação no exercício	186	198
Base de cálculo do dividendo (a)	<u>101.171</u>	<u>105.053</u>
Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%)	<u>25.293</u>	<u>26.263</u>
Dividendo proposto		
Juros sobre o capital próprio proposto	38.900	40.000
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	<u>(5.309)</u>	<u>(5.500)</u>
Remuneração líquida de imposto de renda retido na fonte (b)	<u>33.591</u>	<u>34.500</u>
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	<u>8.298</u>	<u>8.237</u>
% distribuído sobre a base de cálculo do dividendo (b ÷ a)	<u>33,20</u>	<u>32,84</u>

Foram apropriados juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 38.900 (R\$ 40.000 - 2012), obedecida a limitação da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, nos exercícios de 2013 e de 2012, e de acordo com os limites de dedutibilidade da despesa para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido nos termos da Lei nº 9.249/95.

A movimentação das obrigações com dividendo e juros sobre capital próprio está demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo inicial	5.451	3.662
Adições	33.530	36.001
Pagamentos	(29.339)	(34.081)
Baixas	(178)	(131)
Saldo final	<u>9.464</u>	<u>5.451</u>

Notas Explicativas**15. Receita líquida de vendas**

	Raia Drogasil S.A.		Consolidado
	2013	2012	2012
Receita bruta de vendas			
Receita de vendas de mercadorias	6.455.070	3.095.066	5.586.139
Receita de serviços prestados	9.033	4.883	7.697
	<u>6.464.103</u>	<u>3.099.949</u>	<u>5.593.836</u>
Impostos incidentes sobre vendas	(197.812)	(109.292)	(179.566)
Devoluções	(33.372)	(14.609)	(33.542)
Receita líquida de vendas	<u>6.232.919</u>	<u>2.976.048</u>	<u>5.380.728</u>

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,65%).

16. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Raia Drogasil S.A.		Consolidado
	2013	2012	2012
Custo das mercadorias vendidas	(4.512.743)	(2.132.085)	(3.888.079)
Despesas com pessoal	(803.348)	(354.800)	(688.965)
Despesas com prestadores de serviços	(73.741)	(37.712)	(64.365)
Depreciação e amortização	(158.736)	(59.072)	(124.327)
Outras (i)	(487.451)	(218.533)	(420.450)
	<u>(6.036.019)</u>	<u>(2.802.202)</u>	<u>(5.186.186)</u>

Classificado na demonstração do resultado como:

	2013	2012	2012
Custo das mercadorias vendidas	(4.512.743)	(2.132.085)	(3.888.079)
Com vendas	(1.188.077)	(529.962)	(1.002.330)
Gerais e administrativas	(176.463)	(81.083)	(171.450)
Depreciações e amortizações	(158.736)	(59.072)	(124.327)
	<u>(6.036.019)</u>	<u>(2.802.202)</u>	<u>(5.186.186)</u>

(i) Referem-se, principalmente, a gastos com aluguéis de imóveis, taxas de administração de cartões de crédito e débito, contas de consumo, materiais de uso e consumo e condomínios.

17. Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais totalizaram no exercício de 2013 um montante de R\$ 47.066 (R\$ 24.442 e no consolidado R\$ 33.918 - 2012). Estes montantes são compostos por despesas não recorrentes, em sua grande maioria, geradas em função do processo de fusão da Companhia e por gratificação paga a membros da Administração.

Notas Explicativas**18. Receitas e despesas financeiras****(a) Receitas financeiras**

	Raia Drogasil S.A.		Consolidado
	2013	2012	2012
Descontos obtidos	555	88	487
Rendimentos de aplicações financeiras	8.204	8.523	14.720
Juros recebidos	154	92	92
Variações monetárias ativas	945	383	1.049
Outras receitas financeiras	5	4	4
Total das receitas financeiras	9.863	9.090	16.352

(b) Despesas financeiras

	Raia Drogasil S.A.		Consolidado
	2013	2012	2012
Descontos concedidos a clientes	(3)		
Juros, encargos e taxas bancárias	(2.182)	(1.111)	(1.811)
Encargos sobre financiamentos e empréstimos	(17.338)	(9.933)	(15.859)
Variações monetárias passivas	(787)	(194)	(1.232)
Total das despesas financeiras	(20.310)	(11.238)	(18.902)
Resultado financeiro	(10.447)	(2.148)	(2.550)

19. Garantias processuais

Foram oferecidos em garantia de processos tributários, previdenciários e trabalhistas os seguintes ativos imobilizados:

	2013	2012
Móveis e instalações	108	155
Máquinas e equipamentos	126	217
Veículos		10
	234	382

Notas Explicativas

20. Compromissos assumidos com contratos de aluguel

A Companhia possui contratos de aluguel por período variável de tempo, com prazos de vigência entre um e vinte anos. Os gastos com aluguéis variam de acordo com a assinatura de novos contratos ou rescisão de contratos. O gasto total mensal com esses contratos de aluguel (incluindo aluguel, condomínio e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU) foram de R\$ 19.163 (R\$ 17.048 - Dez/2012) para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os pagamentos mínimos futuros dos aluguéis de lojas (arrendamentos mercantis canceláveis) estão demonstrados a seguir:

Entre:	<u>2013</u>	<u>2012</u>
1 e 12 meses	165.421	145.269
13 e 60 meses	401.971	356.111
Após 60 meses	<u>159.110</u>	<u>130.953</u>
	<u>726.502</u>	<u>632.333</u>

21. Instrumentos financeiros e política para gestão de riscos

O valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, conforme demonstrado nas tabelas abaixo, se aproxima do seu valor justo.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado, as quais são classificadas como "nível 1", conforme Nota 4c-iii.

Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros são o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e as contas a receber:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Valor justo por meio do resultado - mantidos para negociação		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	241.885	166.963
	<u>241.885</u>	<u>166.963</u>
Recebíveis		
Contas a receber (Nota 6)	373.259	335.771
Outras contas a receber	108.953	116.772
	<u>482.212</u>	<u>452.543</u>
Total	<u>724.097</u>	<u>619.506</u>

Notas Explicativas

Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros são as contas a pagar com fornecedores, os empréstimos e financiamentos e as demais contas a pagar:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Outros passivos financeiros		
Fornecedores	671.455	575.587
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	244.825	192.172
Outras contas a pagar	<u>72.181</u>	<u>91.058</u>
Total	<u>988.461</u>	<u>858.817</u>

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e operacionais e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

Todas as operações ativas e passivas da Companhia são realizadas em Reais (R\$), não existindo risco em função de variações cambiais.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de taxas de juros refere-se, principalmente, às obrigações sujeitas a taxas variáveis. A Administração da Companhia entende que o único risco refere-se ao descasamento do financiamento do BNDES (R\$ 17.734) em IPCA + juros, contra a aplicação em CDI.

A maioria das operações junto ao BNDES é contratada com base na TJLP + juros e na taxa SELIC. As aplicações financeiras são contratadas com base na variação do CDI, o que não acarreta grandes riscos em relação à taxa de juros, pois suas variações não são relevantes. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Notas Explicativas

(b) Risco de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados aos nossos ativos financeiros, que são o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e as contas a receber.

O caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são movimentados somente com instituições financeiras de reconhecida solidez.

A concessão de crédito nas vendas de mercadorias segue uma política que visa minimizar a inadimplência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as vendas com recebimento a prazo representaram 47%, sendo que desse total 88% são relativas a vendas com cartão de crédito, que, na opinião da Companhia e com base no histórico de perdas, são de baixíssimo risco. Os outros 12% que são créditos com Programas de Benefícios de Medicamentos ("PBM's"), convênios e cheques pré-datados, são de pequeno risco, dada a seletividade dos clientes e a adoção de limites individuais.

(c) Risco de liquidez

A Administração da Companhia acompanha continuamente as previsões de liquidez necessárias para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é aplicado em ativos financeiros com vencimentos apropriados de forma a garantir liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações.

(d) Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que podem eventualmente gerar prejuízos.

O cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração considera um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Aplicações financeiras - CDI	Acréscimo de 0,5%	1.020	1.275	1.530
Receita		1.020	1.275	1.530
Financiamentos BNDES (IPCA + juros)	Descasamento de 1%	177	221	266
REFIS (SELIC)	Acréscimo de 0,5%	9	11	14
Despesa		186	232	280

A Administração não considera provável que o risco de alteração na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), às quais estão sujeitas as operações com BNDES, possam gerar prejuízos materiais para a Companhia.

Notas Explicativas

(e) Gestão de capital

O objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno adequado aos seus acionistas.

A Companhia tem como política não alavancar sua estrutura de capital com empréstimos e financiamentos, exceção feita a linhas de longo prazo do BNDES (FINEM/FINAME), com taxas adequadas aos níveis de rentabilidade da empresa.

Dessa forma, o índice de alavancagem financeira é o resultado da divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida resulta do somatório dos financiamentos subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstramos abaixo:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Financiamentos	244.825	192.172
Caixa e equivalentes de caixa	(241.885)	(166.963)
Dívida líquida	<u>2.940</u>	<u>25.209</u>
Patrimônio líquido	<u>2.326.983</u>	<u>2.264.659</u>
Índice de alavancagem financeira (%)	<u>0,13</u>	<u>1,11</u>

(f) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 60 dias.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis.

As aplicações financeiras, representadas por aplicações em CDB e debêntures compromissadas (Nota 5) e classificadas como valor justo por meio do resultado, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto à respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

22. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política não operar com instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

23. Transações com partes relacionadas

(a) As transações com partes relacionadas consistem em operações com acionistas da Companhia e pessoas vinculadas a estes, os quais realizaram as seguintes transações:

	Relacionamento		Raia Drogasil S.A.		Consolidado	
			Receitas		Receitas	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Valores a receber						
Convênios (i)						
Regimar Comercial S.A.	9	8	65	70		70
Heliomar S.A.	1	1	9	11		11
Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.)			2			1
(iii)						
Locações de espaço em lojas (i)	10	9	76	81		82
Enox Publicidade S.A.		19		101		101
		19		101		101
	10	28	76	182		183

Notas Explicativas	Raia Drogasil S.A.		Consolidado	
	Despesas		Despesas	
	2013	2012	2013	2012
Valores a pagar				
Aluguéis (ii)				
Heliomar S.A.		14	160	157
Antonio Carlos Pipponzi	5	5	65	6
Rosalia Pipponzi Raia	5	5	65	6
Espólio de Franco Maria David Pietro Pipponzi	5	5	65	6
	28	29	355	175
Fornecedores de serviços (ii)				
Capullo Publicidade Ltda. desde Ago/12 (Tulipa até Jul/12)		61	322	891
Zurcher, Ribeiro Filho, Pires Oliveira Dias e Freire - Advogados	45	61	2.661	1.365
Associação Obra do Berço (Literat Editora Ltda.) (iii)			1.042	
Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.) (iii)	131	267	5.920	375
	176	389	9.945	2.631
	204	418	10.300	2.806
				6.915
				334

Relacionamento

Acionista/Membro do Conselho de Administração
 Acionista/Membro do Conselho de Administração
 Acionista/Membro do Conselho de Administração
 Acionista/Membro do Conselho de Administração

Acionista/Família
 Acionista/Família
 Acionista/Família
 Acionista/Família

Notas Explicativas

- (i) Vendas realizadas por convênios e contratos de locação de espaço em lojas. Essas transações são firmadas em condições comerciais equivalentes às praticadas com outras empresas.
- (ii) Aluguel de lojas, fornecimento de serviços de *marketing* e assessoria jurídica. Essas transações são contratadas em condições usuais de mercado.
- (iii) Os saldos e as transações referem-se a contratos de prestação de serviços relacionados à elaboração, criação e produção de materiais de divulgação da área de vendas institucionais e concepção de revista mensal de circulação interna da Companhia. Os contratos têm prazo indeterminado e podem ser rescindidos por qualquer uma das partes sem custo ou penalidade.

Adicionalmente, informamos que não existem outras transações adicionais, que não os próprios valores apresentados acima e que a categoria das partes relacionadas é de pessoal-chave da Administração da entidade.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração.

O pessoal-chave da Administração compreende os Diretores, Conselheiros de Administração e Fiscal. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados está demonstrada a seguir:

	Raia Drogasil S.A.		Consolidado
	2013	2012	2012
Proventos e encargos sociais	10.637	5.709	8.707
Gratificações e encargos sociais	15.634	10.692	11.996
Reversão da provisão de gratificações	(4.753)	(7.873)	(7.873)
	<u>21.518</u>	<u>8.528</u>	<u>12.830</u>

24. Cobertura de seguros

A Companhia tem a política de manter apólices de seguros em montantes considerados suficientes, para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio ou responsabilidade civil a ela imputada. Considerando-se a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros, a Companhia mantinha as seguintes coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2013:

	2013	2012
Riscos com perdas em estoques	106.878	98.541
Bens do ativo permanente	121.522	100.858
Lucros cessantes	24.100	24.100
Riscos de responsabilidade civil	12.423	10.474
	<u>264.923</u>	<u>233.973</u>

25. Transações não envolvendo caixa

No exercício de 2013, não houve transações não envolvendo caixa na Companhia.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Raia Drogasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Raia Drogasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Raia Drogasil S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 17 de março de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Alexandre Rubio
Contador CRC-1SP223361/O-2

Patricia Nakano Ferreira
Contadora CRC-1SP234620/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Aos Administradores e Acionistas da
Raia Drogasil S.A.

O Conselho Fiscal da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração e da Proposta da Administração para destinação do resultado, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, e, com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o parecer favorável sem ressalvas dos auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., os membros do Conselho Fiscal concluíram que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, e opinaram, por unanimidade, pelo seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, a ser convocada nos termos da Lei nº 6.404/76.

São Paulo, 17 de março de 2014.

Gilberto Lério
Conselheiro Fiscal

Fernando Carvalho Braga
Conselheiro Fiscal

Mário Antonio Luiz Corrêa
Conselheiro Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

RAIA DROGASIL S.A.

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

São Paulo, 17 de março de 2014.

Marcilio Pousada
Diretor Presidente

Antonio Carlos Coelho
Diretor e Contador Responsável
CRC 1SP166428/O 9

Antonio Carlos de Freitas
Diretor

Eugênio De Zagottis
Diretor

Fernando Varela
Diretor

Marcello De Zagottis
Diretor

Renato Cepollina Raduan
Diretor

Rosângela Lutti
Diretora

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

RAIA DROGASIL S.A.

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

São Paulo, 17 de março de 2014.

Marcilio Pousada
Diretor Presidente

Antonio Carlos Coelho
Diretor e Contador Responsável
CRC 1SP166428/O 9

Antonio Carlos de Freitas
Diretor

Eugênio De Zagottis
Diretor

Fernando Varela
Diretor

Marcello De Zagottis
Diretor

Renato Cepollina Raduan
Diretor

Rosângela Lutti
Diretora